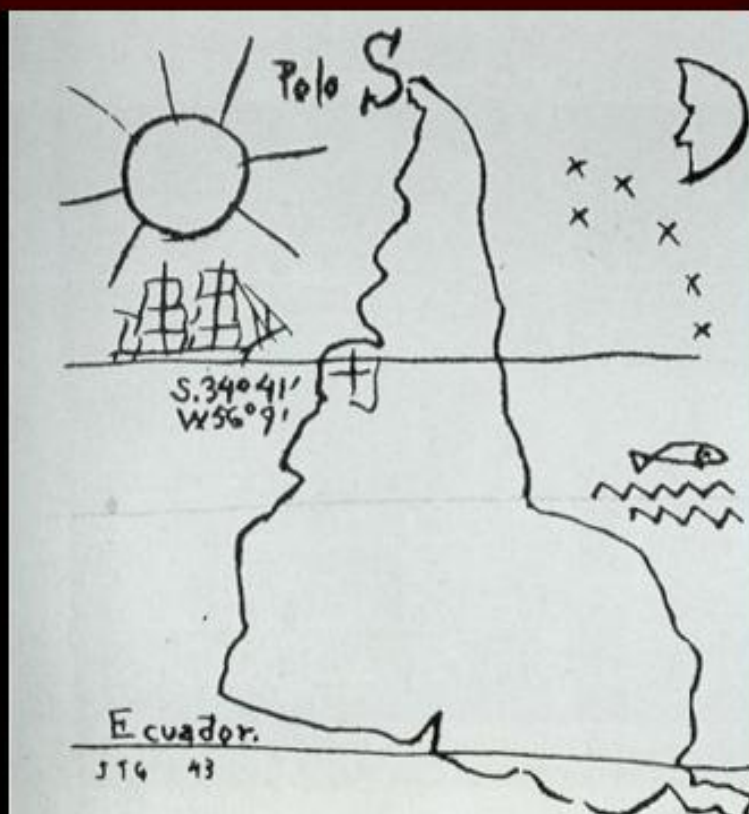
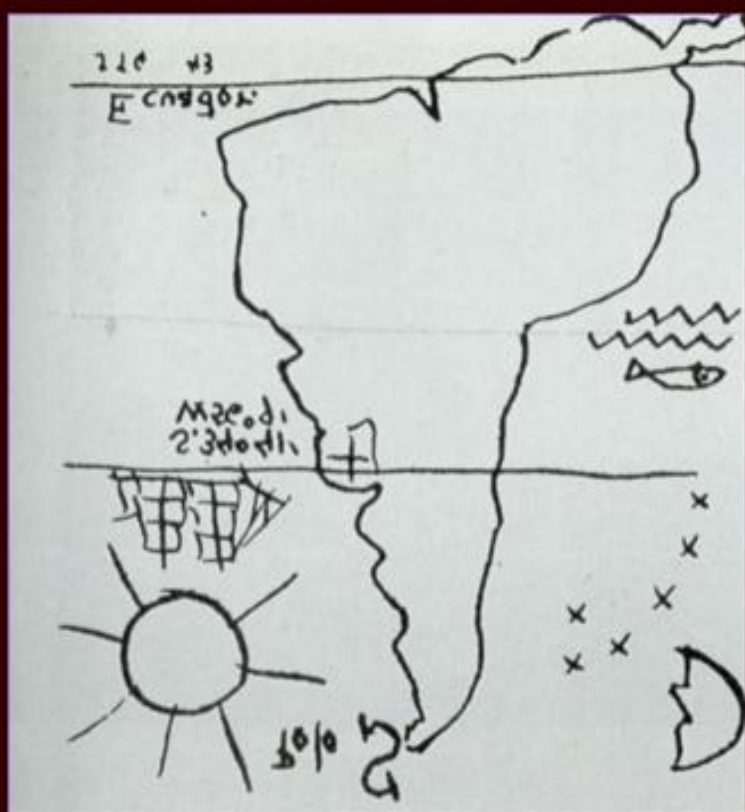


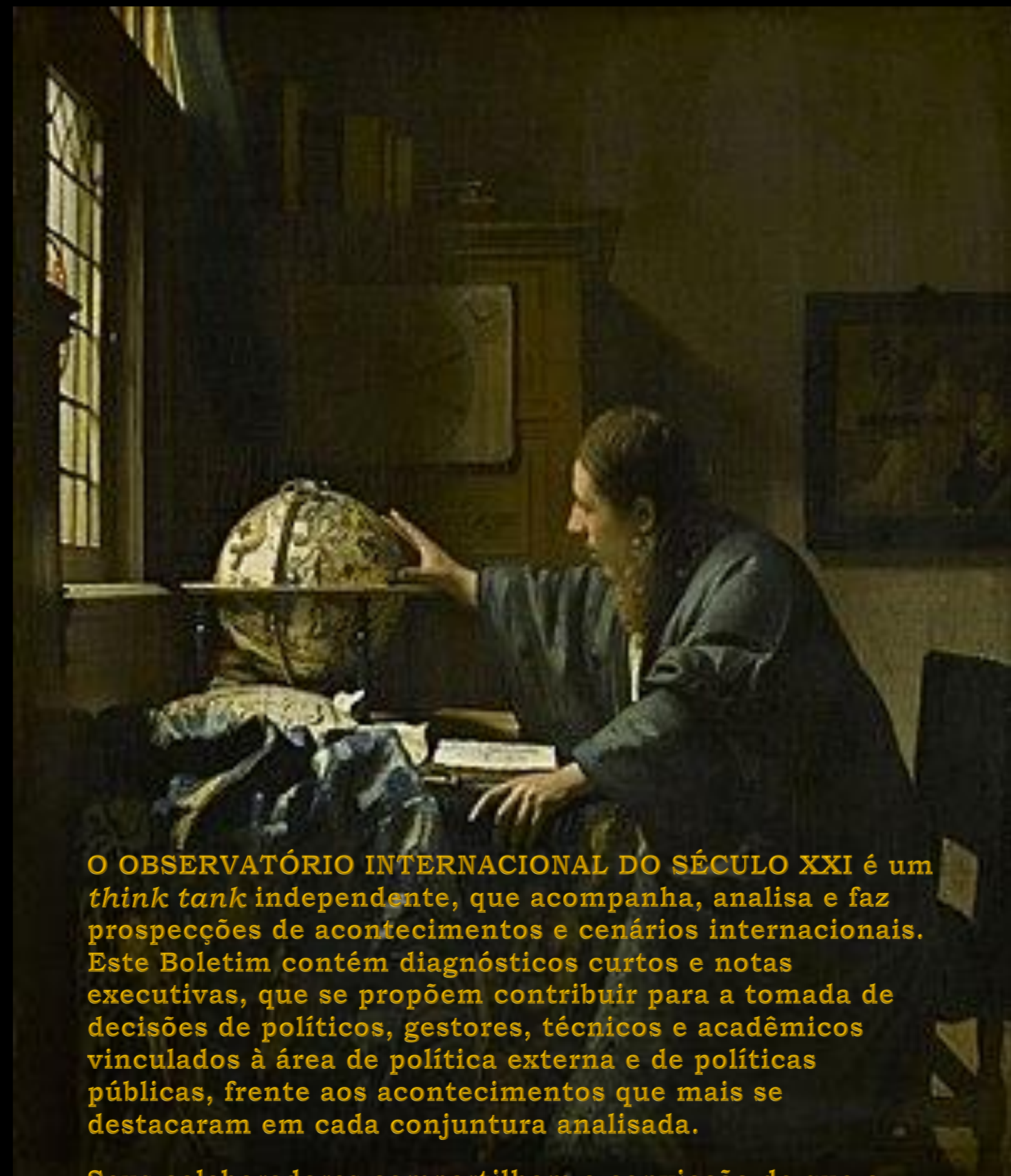


OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI

Nº18 - Julho/2026



IMPÉRIO E SOBERANIA



O OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI é um *think tank* independente, que acompanha, analisa e faz prospecções de acontecimentos e cenários internacionais. Este Boletim contém diagnósticos curtos e notas executivas, que se propõem contribuir para a tomada de decisões de políticos, gestores, técnicos e acadêmicos vinculados à área de política externa e de políticas públicas, frente aos acontecimentos que mais se destacaram em cada conjuntura analisada.

Seus colaboradores compartilham a convicção de que o Sistema Interestatal Capitalista está atravessando um período de mutação profunda. Essas mudanças estão provocando transformações nos campos tecnológico, econômico, social e cultural, com repercussões no mundo do trabalho, da convivência social e das relações entre os Estados, as grandes corporações, as religiões e as próprias civilizações.

**O Observatório Internacional do
Século XXI é uma publicação do Grupo
de Pesquisa Poder Global e Geopolítica
do Capitalismo do
CNPQ/LABEPOG/NUBEA/UFRJ**

Todos os direitos reservados

**A reprodução dos artigos deve ser feita
mediante a indicação da fonte e
colocação do link deste Boletim
(<https://nubea.ufrj.br/index.php/observatorio-internacional>)**

ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

**O conteúdo dos artigos é de responsabilidade exclusiva do(s)
autor(es) dos mesmos, não refletindo necessariamente a
opinião institucional do Observatório Internacional do
Século XXI nem de seus editores, ou de qualquer outro
autor.**



OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI

Nº 18 - Julho/2026

COMITÊ EDITORIAL

José Luís Fiori
Maria Claudia Vater
Andrés Ferrari Haines

COLABORADORES DESTE NÚMERO

Andrés Ferrari Haines
Carlos Aguiar de Medeiros
Daniel Barreiros
Flavio Aguiar
Fernanda Brozoski
Georges Flexor
João Pedro Castro Correia
José Luís Fiori

José Noronha
Karina Kato
Mirelli Malaguti
Nelson Delgado
Rafael Galliez
Reinaldo Guimarães
Wagner Sousa

Foto de capa: “*América Invertida*” por Joaquín Torres García
https://es.wikipedia.org/wiki/Am%C3%A9rica_invertida#/media/Archivo:Joaqu%C3%ADn_Torres_Garc%C3%ADa_-_Am%C3%A9rica_Invertida.jpg

Este décimo oitavo Boletim do Observatório Internacional do Século XXI destaca a nova relação entre a Administração Trump e a América do Sul. E sublinha a importância crucial das próximas eleições brasileiras para o futuro do Continente Sul-Americano. Discute também alguns impactos e desdobramentos da Guerra dos EUA e Israel contra o Irã, e do Memorando de Entendimento de Istambul, assinado pelos EUA e pelo Estado Persa.

Além disto, analisa a perspectiva ideológica e política do projeto "transumanista" associado aos avanços da IA, e dos novos projetos de "eugenia" associados aos avanços da biotecnologia. Em seguida, volta-se ao tema da Guerra da Ucrânia e comenta-se a geopolítica da Copa do Mundo de 2026. Por fim, se republica um artigo de 2008 sobre a disputa entre EUA e Cuba, como exemplo paradigmático do conflito permanente entre Império e Soberania no Continente Americano.

SUMÁRIO

A HORA DO BRASIL

Por José Luís Fiori7

AS ELEIÇÕES SUL-AMERICANAS E A DOUTRINA DONROE

Por Andres Ferrari, João Pedro Castro Correia 11

O “ESCUDO DAS AMÉRICAS”

Por Wagner Sousa..... 15

AMÉRICA DO SUL EM MEIO À A DISPUTA EUA-CHINA

Por Carlos Aguiar de Medeiros 19

O MERCADO DE PETRÓLEO DEPOIS DE ORMUZ

Por Fernanda Brozoski.....23

O FECHAMENTO DE ORMUZ E A NOVA GEOPOLITICA ALIMENTAR

Por Georges Flexor, Karina Kato, Nelson Delgado..... 26

O MEMORANDO ESTADOS UNIDOS-IRÃ

Por Wagner Souza 29

O NOVO CREDO TRANSUMANISTA E A DEMOCRACIA

Por Daniel Barreiros32

BIOTECNOLOGIA E NEOEUGENIA

Por Reinaldo Guimarães 36

A AMEAÇA GLOBAL DAS NOVAS VIROSES: EBOLA E MPOX.

Por Rafael Galliez, José Noronha 40

UCRANIA: GUERRA E RESSENTIMENTO.

Por Flavio Aguiar 43

A COPA DO MUNDO DE 2026

Por Mirelli Malaguti 46

UM ARMISTÍCIO BELIGERANTE

Por José Luís Fiori 50

MATÉRIA ESPECIAL:

ESTADOS UNIDOS E CUBA

Por José Luís Fiori 54

A HORA DO BRASIL

Por José Luís Fiori

Em quase todos os países “ganhadores”, o desenvolvimento obedeceu a estratégias e seguiu caminhos que foram desenhados em resposta a grandes desafios sistêmicos, de natureza geopolítica. [...] em todos esses países, em algum momento formou-se um bloco de poder que respondeu da mesma forma, a esses desafios externos, através de estratégias ofensivas, e de políticas de proteção econômica sustentadas por longos períodos de tempo.

J. L. Fiori. História, estratégia e desenvolvimento, São Paulo: Ed. Boitempo, 2014, p. 37.

A opinião do presidente Donald Trump não deve ter tido grande influência na vitória dos candidatos de extrema-direita nas recentes eleições presidenciais sul-americanas. Esta é uma ideia que pode afagar o ego do presidente americano e assustar setores da esquerda mais ressabiada, mas, no mundo real, Trump é hoje uma figura cada vez mais impopular no mundo todo, e também na América do Sul. Não quer dizer que algumas grandes big techs e grupos financeiros de extrema-direita não tenham intervindo nessas eleições, mas isto não chega a ser uma grande novidade. Durante a Guerra Fria, os EUA promoveram 72 intervenções diretas e mudanças de regime em todo o mundo, e só na América Latina, participaram de 18 golpes de Estado entre 1952 e 1973.

O que é realmente novo é o governo americano apoiando abertamente candidatos de direita ou extrema-direita, sem propor ou oferecer nenhum tipo de projeto, estratégia ou utopia de desenvolvimento nacional no caso de vitória de seus candidatos. Ao longo da Guerra Fria, os EUA encomendaram às FFAA sul-americanas o "combate aos comunistas", mas ao mesmo tempo propuseram aos governos locais, pelo menos até a década de 70, um grande projeto ou "utopia desenvolvimentista". E depois dos anos 80 e 90, os EUA propuseram e defenderam a "utopia da globalização" e das "reformas neoliberais" em troca do apoio à sua "guerra imperial"

contra o terrorismo. Mas agora, nesta terceira década do século XXI, o único projeto proposto pela Administração Trump aos seus seguidores é o da "caça aos narcotraficantes" e aos "imigrantes ilegais" e, sempre que possível, seu confinamento em campos de concentração, ao estilo do presidente Nayib Bukele, de El Salvador.

Como consequência quase direta dessa falta de projeto, logo depois da vitória, muitos desses novos governos vêm enfrentando situações de ruptura e "convulsão social", com queda rapidíssima de popularidade, uma vez que só propõem repressão e desmontagem de seus próprios Estados, sem contar com nenhum tipo de ajuda dos EUA que não seja policial ou militar, com exceção da Argentina, que foi salva da falência pela intervenção financeira direta dos EUA. Pelo contrário, quase todos esses novos vassalos norte-americanos foram penalizados com a imposição das tarifas de Donald Trump, que reduziram seu acesso aos mercados norte-americanos. E mesmo no caso da catástrofe venezuelana recente, os EUA não forneceram nenhuma ajuda excepcional, nem mesmo se dispuseram a suspender ou aliviar suas sanções que paralisam a capacidade de ação do governo venezuelano. Além disso, apesar de sua suposta unidade ideológica, esses novos governos de direita e extrema-direita carecem de qualquer tipo de unidade ou objetivo estratégico comum. E o mais provável, na próxima década, é que sigam na condição de pequenos Estados com economias "primário-exportadoras" isoladas e irrelevantes do ponto de vista geoeconômico — e mais ainda, do ponto de vista das grandes questões da geopolítica mundial.

O Brasil é uma grande exceção nesse quadro declinante do continente sul-americano. É o quinto maior país do mundo, e sua economia inclui-se entre as 10 maiores do sistema capitalista. No início do século, era um país agrário, com um Estado fraco e fragmentado, e com um poder econômico e militar muito inferior ao da Argentina. Hoje, na terceira década do século XXI, o Brasil possui um produto que representa cerca de 50% do PIB total do continente sul-americano, é o país mais industrializado da América do Sul, e o principal player internacional do continente sul-americano. Além disso, é o país do continente com maior potencial de crescimento, se tomarmos em conta seu território, população, capacidade de produção agrícola e dotação de recursos energéticos, de minerais estratégicos e de "terras raras" (com a segunda maior reserva do mundo). Dispõe de uma matriz energética limpa e de uma gigantesca reserva hídrica que o candidata a uma posição de destaque na chamada "quarta revolução industrial", comandada pelos avanços no campo da robótica e da inteligência artificial.

No campo das relações internacionais, o Brasil mudou de rumo várias vezes nas últimas décadas. Mas com relação aos EUA, suas

elites conservadoras e liberais, civis e militares têm mantido um apoio majoritário à Doutrina Monroe, desde os tempos de Joaquim Nabuco, um dos patriarcas de sua política externa. Mais recentemente, entretanto, mesmo com algumas interrupções, o governo vem construindo uma nova estratégia de inserção internacional do Brasil, lutando por aumentar seus graus de autonomia em um mundo cada vez mais "multipolar", sem aceitar qualquer tipo de alinhamento automático com relação às Grandes Potências que dominam o sistema internacional. Foi com esta perspectiva que o Brasil se associou à China, Índia, Rússia e África do Sul, para constituir o grupo do BRICS, o bloco internacional que mais cresceu nos últimos anos, tornando-se hoje num dos maiores obstáculos ao mandonismo do governo de Donald Trump.

Esta estratégia atual do Estado brasileiro não se enquadra no "terceiro-mundismo" do século XX, nem parece ser a de um candidato apenas à liderança da "periferia mundial", ou mesmo do chamado Sul Global. Suas posições e pronunciamentos têm apontado na direção de um universalismo cosmopolita e igualitário, e de um multilateralismo que respeita as diferenças civilizatórias e assimetrias de poder no sistema interestatal. O Brasil tem se movido entre as nações do Norte e do Sul, do Leste e do Oeste, sem fazer distinções ideológicas ou discriminar países em função de seus regimes políticos, ou pertencimentos culturais e religiosos. Além disso, o Brasil tem se oposto radicalmente a todas as tentativas de bipolarização do sistema mundial, com base em qualquer tipo de posicionamento ou estratégia das atuais Grandes Potências.

Em uma perspectiva histórica e comparativa de mais longo prazo, pode-se antecipar que, para seguir por esse caminho, o Brasil necessitará de enorme persistência e continuidade, e de uma estreita coordenação entre suas políticas externa e de defesa, e sua política econômica interna. Difícil também será o Brasil descobrir um novo caminho de afirmação de sua liderança e poder internacional, dentro e fora da América do Sul, que não utilize a mesma arrogância e violência que europeus e norte-americanos empregaram para conquistar, submeter e "civilizar" suas colônias e protetorados.

Por tudo e com tudo, não há dúvida de que a grande batalha geopolítica sul-americana será travada no Brasil neste segundo semestre de 2026. Nesse embate, o Brasil precisa ter claro que é próprio dos impérios desrespeitar sistematicamente as fronteiras dos Estados nacionais, e que países que têm projetos autônomos lutam permanentemente por suas soberanias.

Soberania não é algo estático nem definitivo, é uma condição que se conquista exercendo-a e defendendo-a continuamente, sem jamais considerá-la assegurada, nem mesmo pelo Direito

Internacional ou pelas instituições multilaterais que vêm sendo sistematicamente atacadas e desrespeitadas. O Brasil vem enfrentando uma disputa em defesa de sua soberania, contra um poder assimétrico e imperial, e contra setores de sua própria elite civil e militar, que é "binária" e subserviente por sua própria natureza, incapaz de entender a complexidade do mundo contemporâneo. Trata-se de uma conjuntura extremamente complexa e desafiadora, mas é também a hora em que o Brasil poderá abandonar sua longa dependência externa, assumindo seu próprio comando, dentro do sistema mundial e frente à história da humanidade.

AS ELEIÇÕES SUL-AMERICANAS E A DOCTRINA DONROE

**Por Andres Ferrari
João Pedro Castro Correia**

A eleição de Keiko Fujimori no Peru, em 29 de junho de 2026, e a vitória de Abelardo de la Espriella na Colômbia uma semana antes confirmam uma alteração no equilíbrio político sul-americano. Com esses resultados, a direita passa a governar sete dos doze países da região.

O presidente dos EUA, Donald Trump, abertamente explicitou seu envolvimento nessas eleições, em particular a colombiana, chamando de la Espriella de líder "inteligente, forte e determinado" e a seu oponente Iván Cepeda de um "marxista de esquerda radical". Ademais, afirmou que a manutenção entre ambos os países dependia do candidato que endossava. Mais que isso, o subsecretário de Estado Christopher Landau coordenou uma campanha de desinformação contra o candidato governista colombiano, que o secretário de Estado Marco Rubio justificou necessária como proteção aos interesses do seu país nos processos democráticos da Colômbia.

Longe de ocultar esta intromissão, Trump faz questão de expressar que assim serão as relações com os países latino-americanos, tendo seu ápice na detenção de Nicolás Maduro, mas também com sua aberta intromissão nos processos eleitorais na Argentina, no Equador, no Chile e, agora, no Brasil. Lentes estreitas enfocam esses fatos na personalidade do Trump, mas na verdade é que constitui uma visão arraigada dos Estados Unidos: "América" vai do polo norte ao sul, sem consideração pelas "soberanias" existentes.

Isso ficou claro quando Monroe anunciou sua doutrina em 1823, quando nenhum Estado do continente foi sequer consultado nem informado da mesma — e foi, na realidade, uma expressão estadunidense feita a quem considerava seus interlocutores, os europeus. A expectativa americana, como tinha expressado Thomas Jefferson, era criar um 'Império da Liberdade', deixando claro que seus amplos limites geográficos eram indefinidos e se estendiam ao

longo do continente americano — o que ficaria claro no Destino Manifesto.

A vitória sobre o México deteve as pretensões territoriais diretas pela indisposição de incorporar populações latinas e católicas. A metade mexicana que não foi incorporada aos EUA passaria a ser tutelada indiretamente pelos mecanismos de intromissão, pressão econômica, diplomática e política, e intervenção militar, no estilo da união aduaneira sob sua arbitragem política que propuseram na Conferência Pan-Americana de 1889. Theodore Roosevelt atualizaria a visão de tutela continental afirmando que os EUA interviriam em qualquer país que "não se comportasse corretamente" no que ficou conhecido como seu Corolário à Doutrina Monroe.

Consolidou-se, assim, a percepção de que a projeção de poder sobre o continente constituía elemento central da estratégia norte-americana de afirmação internacional. Ao todo, se calculam mais de 40 intervenções diretas e cobertas. O ex-presidente Woodrow Wilson, grande promotor de muitas delas, declarou em 1913 sua insatisfação com resultados eleitorais na região e que ia ensinar aos latino-americanos a "escolher bons homens". Quando a resistência latino-americana e a Grande Depressão tornaram o intervencionismo mais custoso, os EUA adotaram a Política da Boa Vizinhança, optando por métodos mais suaves de ação — mas sem abandonar os preceitos básicos: América Latina deve estar alinhada às determinações dos EUA.

A Guerra Fria reativou a intervenção direta. Embora os EUA também agissem sobre países de outros continentes, na América Latina a percepção era de que se tratava de uma região não disputável, mas da sua exclusividade de ingerência — noção acendida pela Revolução Cubana. Enquanto na América Central e no Caribe os EUA fizeram intervenções militares diretas ou por meio da CIA, na América do Sul isso somente se observou na Venezuela e no Chile. No resto dos países, fundamentalmente através da Operação Condor, promoveram golpes militares, salvo Colômbia e Peru, mas se somariam à lista posteriormente — o primeiro fortemente por meio da "guerra às drogas". Após a queda da União Soviética, a globalização projetou os instrumentos econômicos de intervenção, através do Consenso de Washington, do FMI, do Banco Mundial e, posteriormente, de mecanismos de cooperação em segurança, como o Plano Colômbia.

Trump está acelerando a velocidade dessa tutela, ademais de explicitar a mesma à transparência aberta. Na sua compreensão, o crescimento da presença econômica chinesa nas últimas décadas na região deve ser revertido rapidamente — em especial, dados os vários reveses que os EUA vêm sofrendo em outras partes do mundo.

Para isso, é preciso desarticular as aspirações recentes de maior autonomia na América do Sul neste século. Assim, aponta a candidatos que continuem desacreditando e enfraquecendo institucionalidades como a UNASUL e o MERCOSUL, para promover que essa cooperação multilateral se converta em uma soma de vínculos bilaterais com Washington. Não por acaso, a rede de lideranças alinhadas ao trumpismo com Bukele, Milei, Kast, Noboa, de la Espriella, Fujimori e potencialmente ao próximo presidente brasileiro ataca qualquer forma de integração regional latino-americana. Ao mesmo tempo, essas figuras políticas valorizam a relação estreita com os Estados Unidos — e até com a própria pessoa do Trump — como única solução para superar os problemas domésticos, como desempenho econômico, desgate governamental e fragmentação partidária.

Paradoxalmente, essa dinâmica revela que, sem a ação de agentes domésticos, pouca ou nenhuma mudança ocorreria. Daí que Trump faz questão de expressar como deve ser especificamente a dinâmica eleitoral de cada país. Mas isso se sustenta com base em uma percepção negativa das capacidades e possibilidades desses processos políticos internos.

Uma visão global desses processos em seu conjunto revela os efeitos do neoliberalismo e seus impactos deletérios para o funcionamento democrático, não só na América Latina, mas em grande parte do mundo governado sob essa visão. Em 2024, o maior ciclo eleitoral da história em termos populacionais, dezenas de governos incumbentes foram derrotados, consequência dos efeitos políticos da pandemia e das instabilidades econômicas anteriores a ela, como a inflação, a desaceleração econômica e o aumento da desigualdade. A pesquisa do Pew Research Center em 34 países indicou que 54% se declararam insatisfeitos com o funcionamento da democracia. Na América Latina, a situação é mais agravante. O Informe Latinobarómetro de 2023 registrou queda de 15 pontos no apoio à democracia entre os latino-americanos desde 2010, caindo a 48%.

Assim, é nesse contexto que parte da nova direita sul-americana, influenciada pela ascensão do trumpismo, resolveu adotar métodos, como os discursos maniqueístas, antissistema e forte presença nas plataformas digitais estrangeiras. Sob expectativas impossíveis de não serem frustradas, impulsionam políticas domésticas alinhadas aos desejos abertamente explicitados por Trump. Mas a realidade de fundo revela sua força quando se observa que também essas novas direitas enfrentam dificuldades para responder às condições estruturais que favoreceram sua ascensão. Como não é uma visão ideológica ou verdadeira visão de

mundo que está detrás de sua vitória nas urnas, sua base de sustentabilidade é fraca e dificilmente perduram mais de um mandato.

O cenário que surge, então, é de contínua alternância recorrente, e vitórias nas urnas milimétricas, que, ademais, favorecem as denúncias de fraudes. A recente vitória de Fujimori demonstra um caso extremo dessa dinâmica: em um país com oito presidentes desde 2016, ela venceu por conta do acúmulo de insatisfação causado por uma instabilidade que o fujimorismo contribuiu para criar. A eleição brasileira é a próxima a enfrentar esse desafio, seguida pela Argentina em 2027 e pelo Paraguai em 2028. Os demais tiveram, em geral, eleições fortemente divididas e circunstâncias disputadas até sobre o resultado final — enquanto a Venezuela se encontra num impasse formalmente indefinido.

Enquanto se foca na figura do Trump e nas vicissitudes internas de cada país para explicar seus resultados políticos, persiste a influência e intervenção — agora mais explícita, agora menos — dos EUA promovendo visões e estruturas econômico-sociais acordes aos seus interesses. Ao fim, que a América Latina consiste numa região para seu benefício, poucos o expressaram tão abertamente como em 2013 o tido liberal, progressista, defensor ambiental, promotor de direitos civis e humanos, e ex-secretário de Estado de Barack Obama, John Kerry: "O Hemisfério Ocidental é o nosso quintal. É fundamental para nós."

O “ESCUDO DAS AMÉRICAS”

Por Wagner Sousa

A nova Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos, lançada em 2025, diz explicitamente que o país tem a necessidade de assegurar o controle sobre o Hemisfério Ocidental, as Américas. Potências externas como Rússia e principalmente China, que aumentaram a presença na região nas duas últimas décadas, de forma bastante expressiva no segundo caso, não podem, nesta visão, disputar a supremacia regional com os EUA.

É neste contexto geopolítico de disputa na região, que já trazia uma tendência de postura mais intervencionista dos EUA, também nas administrações democratas, mas que neste segundo mandato de Donald Trump e seu governo de extrema-direita ganhou contornos bem mais agressivos, que foi lançada a iniciativa "Escudo das Américas", em Miami, em março de 2026, com a presença de governantes de direita da América Latina (os mandatários de esquerda do Brasil, México e Colômbia não foram convidados), alinhados à estratégia estadunidense e que demonstraram nesta ocasião, inclusive, uma postura bastante subserviente ao mandatário de Washington.

Com a justificativa do combate aos cartéis de drogas, elevados à condição de "ameaça à segurança nacional" dos EUA e vários deles denominados "narcoterroristas", o governo Trump militarizou uma questão que por definição é policial e demanda cooperação das forças policiais dos países envolvidos para ser enfrentada em nível internacional.

Como destacado por especialistas em segurança, a definição de organizações criminosas como o Primeiro Comando da Capital e o Comando Vermelho como terroristas desloca a questão para o âmbito do Pentágono e da CIA, os militares e a inteligência, portanto, o que dificulta o acesso a informações relevantes por parte dos órgãos de segurança do Brasil. Além disso, há o temor de ações unilaterais de intervenção, preocupação exposta recentemente pelo Itamaraty ao responder ao questionamento da Câmara dos Deputados. Brasil e México, os maiores países da América Latina e que não fazem parte da iniciativa do Escudo das Américas, têm

procurado se mostrar dispostos a cooperar na área. Tem havido ações conjuntas entre as forças policiais, como historicamente sempre ocorreu, mas num contexto de bastante incerteza. No Equador, por exemplo, o governo conservador do país realizou operações integradas inéditas com militares dos EUA, apesar da Constituição do país proibir a presença de tropas estrangeiras em solo nacional.

O que os EUA querem economicamente para a região? Diferentemente do pós-guerra, quando apoiaram o desenvolvimentismo na América Latina como contraposição ao comunismo, ou seja, concessões de caráter progressista para a manutenção da hegemonia e do sistema capitalista nestes países (o que durou até o início dos anos 1990 quando o "perigo vermelho" desaparece e vêm o Consenso de Washington e as "reformas" neoliberais), o governo Trump entende que precisa de Estados dependentes, alinhados, fora da esfera de influência chinesa e abertos aos seus interesses. A administração atual, protecionista, quer acesso a minerais raros, petróleo e outros insumos, vários deles importantes para a transição energética e para a sua indústria, inclusive bélica. Mas quer governos que propiciem que estes insumos possam ser processados, em sua maior parte, nos EUA. Aqui tem-se uma diferença importante em relação ao período de Bush pai ao final de Obama (1989-2017), pois os Estados Unidos se colocavam como defensores ideológicos do livre mercado e da globalização, buscavam acordos de livre comércio e, a despeito de sempre terem buscado acordos muito assimétricos em seu benefício, tinham em conta a necessidade de certas concessões em favor de maior abertura de setores de seu mercado interno.

Já na dimensão securitária, a atual administração republicana tem no seu "Escudo das Américas" um projeto intervencionista de reafirmação, pode-se dizer, imperial no continente. O apoio à eleição de governantes de direita identificados com a agenda dos EUA e a identificação de cartéis criminosos como "terroristas" dando ao problema contornos militares, com o sempre elástico e conveniente conceito de "segurança nacional" para problemas de vários matizes, conforma a construção dos meios e do suporte local necessário para a consecução desse objetivo. A questão da imigração também tem grande peso, pois vai além do aumento da repressão interna aos imigrantes, a maioria latino-americanos. O governante de direita autoritário Nayib Bukele, de El Salvador, com uma política de aprisionamento em massa que levou o país a ostentar a taxa de encarceramento mais alta do mundo (algo em torno de 2,5% da população adulta está na cadeia), com muitas denúncias de prisões arbitrárias e desrespeito aos direitos humanos, tornou-se uma

espécie de modelo para a extrema-direita da região e também funcional para a política anti-imigração dos EUA, que querem evitar fluxos migratórios chegando à sua fronteira sul e contam com esses governos aliados para esse intuito.

Mas a principal motivação deste agressivo movimento por parte dos EUA tem relação com sua disputa hegemônica global com a China e a percepção de ocupação de espaço na região. O estoque de investimentos chineses na região já soma 130 bilhões de dólares, sendo mais de 85 bilhões no Brasil. O país asiático é o principal parceiro comercial da maior parte dos países da região e o segundo, atrás dos EUA, se considerarmos a América Latina e o Caribe em conjunto, pelo comércio que os Estados Unidos têm com o México.

A região também se tornou parte da Belt and Road Initiative (a nova Rota da Seda), que reúne projetos de infraestrutura física e digital em mais de 100 países e até 2024 reunia investimentos de mais de 1 trilhão de dólares. Panamá, Venezuela, Peru, Bolívia e Chile aderiram a partir de 2017. E foi o Panamá, o primeiro a aderir, que após visita do secretário de Estado Marco Rubio, no início da segunda gestão Trump, foi forçado a desistir de fazer parte deste projeto. Washington tem pressionado diferentes países a rever suas associações com a China em áreas como minerais raros ou questionado a presença chinesa em projetos como o Porto de Chancay, no Peru, que alega poder ter "uso duplo" e ser utilizado por navios militares. Além da ameaça de tarifas de 60% dos produtos saídos do porto, os EUA aprovaram 1,5 bilhão de dólares para a modernização da base naval de Callao, próxima a Lima, como contraponto à influência chinesa na região.

Contudo, a despeito de terem aderido à iniciativa do Escudo das Américas, mesmo essas lideranças conservadoras têm uma visão mais pragmática das relações com a China, como Javier Milei, que as mantém, haja vista o grande intercâmbio comercial entre Argentina e China ou ainda o presidente chileno José Antonio Kast, que também tem buscado o diálogo com Pequim e a diversificação de parcerias, como os entendimentos com os europeus para exploração de minerais raros e a presidente eleita do Peru, Keiko Fujimori, que já se declarou entusiasta do Porto de Chancay, como fundamental para o desenvolvimento do país e "plataforma logística do Pacífico Sul". No primeiro mandato de Trump, a pressão para que os países da região não adquirissem equipamentos de telecomunicações da chinesa Huawei para implantação das redes 5G (com a alegação de risco de espionagem) e sim de empresas de países aliados como Ericsson ou Samsung não funcionou, pelos custos da troca total das redes (que já eram, na maioria, da empresa chinesa) e atraso na implementação do novo padrão. Então temos um jogo complexo, em

que a adesão aos esforços securitários dos EUA não significa que se queira rompimento econômico com o principal parceiro comercial e importante investidor. O que se verá nos próximos anos é se a pressão estadunidense se traduzirá em eventual imposição de penalidades, sanções ou até mesmo intervenção militar.

Outro ponto importante é que esses governos de direita e extrema-direita e suas políticas econômicas que não trazem às maiorias possibilidades de melhoria real de vida perdem sua legitimidade rapidamente, como se está vendo no Chile e na Bolívia, com grandes protestos. A direita governa ou vai em breve governar a maioria dos países da região, com exceção dos dois maiores, Brasil e México, e do Uruguai. A Venezuela chavista está sob tutela dos EUA. A democracia certamente será colocada à prova na região e veremos se teremos alternância de poder (com a volta da esquerda) ou se a continuidade se dará dentro das regras. A necessidade de dominação hemisférica pode, eventualmente, prescindir das regras.

AMÉRICA DO SUL EM MEIO À DISPUTA EUA-CHINA

Por Carlos Aguiar de Medeiros

Na primeira década do século XXI, ocorreram profundas mudanças na economia mundial, centradas na difusão de tecnologias digitais, na transição energética e na afirmação da China como principal centro manufatureiro mundial. A imensa demanda por matérias-primas, energia e alimentos, bem como o enorme fluxo de capitais, levaram a um novo ciclo de preços das commodities — um superciclo entre 2003 e 2011 —, expandindo as exportações da América do Sul a taxas de crescimento mais altas e, na maioria dos países, reduzindo as vulnerabilidades financeiras externas. Essa última condição, embora generalizada em toda a América Latina, mostrou-se particularmente evidente no Brasil e no Chile, países que acumularam vultosas reservas internacionais.

A China tornou-se o principal mercado para muitos países sul-americanos (a situação do México é distinta, pois está integrado à cadeia manufatureira estadunidense e não é complementar à economia chinesa) e uma grande exportadora de produtos industriais para a região, além de se consolidar como importante investidora nos setores de energia e infraestrutura. Os empréstimos também registraram uma expansão significativa. Esse cenário favorável ao crescimento econômico estimulou a ascensão de diversos governos progressistas na América do Sul ("a Onda Rosa"), que buscavam obter maior controle sobre os recursos naturais, expandir a regionalização e as transferências sociais voltadas à redução da pobreza. No entanto, como em outros episódios históricos, não foi acompanhado de políticas industriais abrangentes voltadas à transformação produtiva e às exportações de bens e serviços de maior conteúdo tecnológico.

Na segunda década, houve uma reversão das condições externas, queda de preços das commodities e acirramento dos conflitos sociais e políticos. As exportações industriais perderam participação tanto no mercado mundial quanto no regional e os coeficientes de importação aumentaram substancialmente.

A pandemia de COVID-19 acelerou tendências estruturais em curso na economia global, incluindo a intensificação da rivalidade

geopolítica entre os EUA e a China, o ressurgimento do nacionalismo e a redução dos fluxos comerciais. Os fluxos de entrada de capital na América Latina sofreram uma redução acentuada; no entanto, como ocorreu em 2008-2009, a região não vivenciou uma crise generalizada no balanço de pagamentos. Embora o nível de reservas internacionais permanecesse elevado na região (com flagrante exceção na Venezuela e na Argentina, que, na última década, efetivamente viveram clássicas crises de balanço de pagamentos), as condições de financiamento externo tornaram-se menos favoráveis. Não houve uma crise generalizada no balanço de pagamentos; no entanto, a deterioração externa ampliou as restrições ao crescimento econômico. Entre 2015 e 2024, a América Latina registrou uma das taxas de crescimento mais baixas de sua história, inferior, inclusive, à observada durante a "década perdida" de 1980. Políticas de austeridade monetária e fiscal foram amplamente adotadas na região.

Foi nesse contexto externo adverso que diversos governos progressistas e de centro-esquerda (no Brasil, Chile, Peru e Colômbia), eleitos no limiar da terceira década do século, retomaram, sem sucesso, algumas prioridades socioeconômicas e ambientais da primeira década. Estas estratégias foram limitadas devido à baixa autonomia para gastos públicos e investimentos em infraestrutura. Algumas iniciativas regionais anteriores — como o Arranjo de Reservas Contingentes (CRA), criado em 2015 no âmbito do bloco BRICS — buscaram constituir um mecanismo complementar ao apoio tradicional do FMI e reforçar as defesas das economias contra choques externos. No entanto, os recursos disponibilizados foram insuficientes, deixando os países sem uma fonte alternativa de financiamento externo para enfrentar desequilíbrios em seus balanços de pagamentos.

Ao longo destes anos, as relações econômicas com a China continuaram em forte ascensão, particularmente no comércio — que evoluiu de US\$ 18 bi em 2002 para US\$ 450 bi em 2022 — e nos investimentos especialmente em infraestrutura (telecomunicações e transportes). Estas relações reforçaram a especialização da região, assentada na exportação de bens primários e na importação de manufaturas, em grande parte provenientes da China. Ainda que o estoque de investimentos chineses seja muito inferior ao dos EUA, a China tornou-se um investidor significativo e uma importante fonte de crédito internacional para a região. Essa expansão concentrou-se fortemente em poucos países, notadamente na Venezuela (principal beneficiária) e no Brasil. Embora, via de regra, não estivessem vinculados às condições macroeconômicas comumente associadas

ao financiamento internacional, esses empréstimos tipicamente incluíam contrapartidas comerciais.

É neste contexto que se observam, no segundo governo Trump, as crescentes pressões estadunidenses no continente, tanto no plano comercial quanto, sobretudo, no plano político. A dimensão central é a subordinação das relações comerciais à percepção de segurança nacional dos EUA em relação a insumos estratégicos associados às novas tecnologias e à infraestrutura. No plano estritamente econômico, a questão central é a reação americana ao déficit com a China e ao esforço de reverter esse desequilíbrio por meio de políticas tarifárias, subsídios e sanções. As estratégias voltadas à América Latina decorrem desta questão.

Em relação ao continente, como já notado, há uma diferença essencial nas relações econômicas. De um lado, o México, um dos maiores parceiros comerciais dos EUA, inserido em suas cadeias produtivas industriais e com superávit comercial significativo; de outro, os demais países, parceiros menores e deficitários. No caso do México, a estratégia é realocar nos EUA alguns segmentos e atividades previamente deslocados para o país e evitar o transshipment proveniente da China.

No caso dos países da América do Sul, distantes das cadeias produtivas estadunidenses, os maiores países, como o Brasil, são relevantes como mercados para as indústrias e para os investimentos estadunidenses; os demais se distinguem apenas pela exportação de produtos primários. Entretanto, entraram no radar geopolítico dos EUA devido às relações com a China estabelecidas na última década; diversos deles assinaram protocolos para sua inclusão na Iniciativa do Cinturão e da Rota. Deste modo, as pressões comerciais e os "acordos estratégicos" estabelecidos no último ano pelos EUA com alguns países (na América Central, no Equador e na Argentina) são impulsionados por estratégias políticas que visam deslocar a China destes mercados, especialmente quanto ao acesso a minerais estratégicos e a tecnologias associadas às telecomunicações e à logística de transporte. Com efeito, o Acordo para o Comércio e Investimento Recíproco estabelecido este ano entre a Argentina e os EUA (a ser referendado pelo Congresso argentino) estabelece que, em troca de redução de tarifas e de uma maior cota para a exportação de carne, a Argentina dará acesso preferencial a investimentos de firmas americanas em minerais estratégicos (como o lítio), adotando as preocupações estadunidenses de segurança sobre o uso de tecnologias críticas como equipamentos de telecomunicações e nuclear reservadas apenas às nações "confiáveis", dispondo-se a adotar internamente

restrições similares às defendidas pelos EUA aos investimentos externos.

Esta estratégia geoeconômica dos EUA vai ao encontro de alguns novos governos na região (iniciados na segunda metade da década) que defendem um alinhamento incondicional com os EUA. A barganha econômica oferecida consiste em uma redução tarifária e no acesso ao mercado americano aos "parceiros estratégicos", em troca de acesso prioritário a mercados e a minerais críticos, bem como de concessões nos marcos regulatórios de investimentos e de infraestrutura. Os demais países que, como o Brasil, possuem maior autonomia e posição equidistante na guerra comercial EUA-China enfrentam maiores barreiras tarifárias, bem como ameaças de retaliação ao acesso ao mercado e às finanças americanas em decorrência de suas conexões, infraestrutura e cadeias produtivas e de tecnologia com a China. Para estes, entretanto, a estratégia americana é contraditória. Tem sido a China, e não os EUA, que se afirma cada vez mais como um mercado em expansão na região.

O impasse na América do Sul, entretanto, não é o de se integrar às cadeias produtivas e mercados americanos ou chineses — os países que possuem complementaridades produtivas já estão integrados nestas cadeias — o impasse é que nem uma integração rasa em atividades industriais, como é o caso do México com os EUA, nem uma integração primário-exportadora dos países da América do Sul com a China é capaz de abrir por si uma trajetória sustentável com mudanças nas estruturas produtivas e de especialização internacional.

O MERCADO DE PETRÓLEO DEPOIS DE ORMUZ

Por Fernanda Brozoski

O bloqueio do Estreito de Ormuz – fruto da guerra entre Estados Unidos-Israel e Irã – desencadeou um choque de oferta sem precedentes no comércio internacional de hidrocarbonetos. A interrupção dos fluxos de petróleo entre o Oriente Médio, principal região produtora e exportadora mundial, e a Ásia-Pacífico, que concentra os maiores mercados consumidores, desestruturou o sistema global de abastecimento e lançou os mercados de energia em um período de extrema volatilidade. Não por acaso, Fatih Birol, diretor da IEA, classificou o episódio como a "maior ameaça à segurança energética global da história". Quatro meses após o início do conflito, ajustes de oferta, demanda e fluxos comerciais conseguiram absorver alguns efeitos do choque. Contudo, mesmo que o fluxo de navios pelo estreito seja restabelecido, a normalização do mercado de energia requererá tempo. Pois os danos à infraestrutura energética do Golfo Pérsico e a recente retomada dos confrontos indicam que as cicatrizes da crise serão mais profundas e duradouras do que o próprio bloqueio.

De acordo com dados do Energy Institute, em 2025, o Oriente Médio respondeu por 30,9% da produção mundial e por 38,9% das exportações globais de petróleo bruto. Em 2024, 85,9% das exportações de petróleo da região tiveram como destino a Ásia-Pacífico. A dependência é igualmente elevada no mercado de gás natural liquefeito (GNL): 83,4% das exportações de GNL de Catar, Omã e Emirados Árabes Unidos (EAU) foram destinadas à Ásia-Pacífico, suprimindo 30,8% das importações regionais desse energético. Esses dados evidenciam o elevado grau de interdependência energética entre o Oriente Médio e a Ásia-Pacífico.

A interrupção desse fluxo comercial desencadeou uma corrida por alternativas de abastecimento. Entretanto, a substituição de fornecedores não é simples, uma vez que os parques de refino são projetados para processar tipos específicos de petróleo e demandam tempo e investimentos para adaptar suas operações a outras qualidades de óleo. Assim, em paralelo à busca por novas origens capazes de atender, ao menos parcialmente, a demanda no curto

prazo, os países se viram forçados a recorrer a estoques comerciais e estratégicos. Esse movimento ocorreu em uma escala inédita e foi agravado pelo fato de os níveis de estoques disponíveis atualmente estarem mais baixos que em décadas anteriores.

Frente ao futuro de elevadas incertezas, os mercados se agitaram. Os preços internacionais do petróleo dispararam, ampliando as pressões inflacionárias sobre uma economia global que já enfrentava dificuldades para conter a inflação. A busca por fornecedores alternativos impulsionou significativamente a produção e as exportações de petróleo dos Estados Unidos. Em abril de 2026, a produção norte-americana de petróleo atingiu o recorde de 13,93 milhões de barris por dia, enquanto as exportações de petróleo bruto alcançaram 5,6 milhões de barris por dia no mesmo mês, o maior volume já registrado.

O aumento da oferta norte-americana contribuiu para atenuar parte do choque internacional e consolidou o país como principal fornecedor alternativo ao petróleo do Oriente Médio. Para as empresas petrolíferas, o cenário foi particularmente favorável, impulsionado pela combinação de preços elevados e expansão das exportações. Porém, os reflexos sobre a economia norte-americana não são lineares. O setor de óleo e gás lucrou, mas a alta da energia ampliou a inflação, pesou no bolso de empresas e consumidores e desacelerou a economia. E esse cenário está trazendo sério desgaste político ao governo Trump.

Do outro lado, a China – segunda maior consumidora mundial de petróleo em 2025, maior importadora de petróleo bruto desde 2017 e maior importadora de GNL desde 2023 – também precisou adaptar-se. Além de diversificar fornecedores, o país reduziu suas importações de petróleo em cerca de 29%, atingindo o menor nível em oito anos, e recorreu de forma mais intensa aos estoques comerciais e estratégicos acumulados nos últimos anos. Segundo a EIA, a China encerrou 2025 com cerca de 1,4 bilhão de barris armazenados, volume superior a três vezes o dos Estados Unidos, que somavam aproximadamente 413 milhões de barris. Essa vantagem confere ao país uma capacidade significativamente maior de absorver choques temporários de oferta sem comprometer, de imediato, sua segurança energética. Como a China concentra grande parte da demanda global de petróleo, a queda de cerca de 40% em suas importações entre fevereiro e maio de 2026 ajudou a acalmar o mercado internacional e a conter os preços. Entretanto, não podemos esquecer que a demanda chinesa é um dos motores da economia e do comércio global. A qualquer sinal de desaceleração, a contração de suas exportações, investimentos e importações de commodities abala o crescimento econômico mundial.

Assim, a crise acelera duas transformações no mercado energético global. Pelo lado da oferta, a interrupção parcial das exportações do Oriente Médio impulsiona a expansão dos embarques provenientes da Bacia do Atlântico, reforçando a consolidação das Américas como principal polo de crescimento da oferta mundial de petróleo. Pelo lado da demanda, a China, além de reduzir suas importações, intensificou uma estratégia de integração energética com a Rússia – por via marítima, oleodutos e gasodutos – e diversificou suas rotas terrestres de abastecimento pelo Cazaquistão e pela Ásia Central.

O futuro da oferta do Oriente Médio permanece incerto. Em resposta ao bloqueio do Estreito de Ormuz, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos aceleraram rotas alternativas de exportação – o oleoduto Leste-Oeste, restaurado a 7 milhões de barris por dia com potencial de expansão em até 2 milhões adicionais, e o Habshan-Fujairah, com 1,8 milhão –, mas ainda não se sabe se esse redirecionamento é conjuntural ou estrutural. A incerteza é amplificada pela reacomodação geopolítica em curso: a percepção de um enfraquecimento das garantias de segurança dos Estados Unidos pode levar os países do Golfo a diversificar suas alianças – incluindo, segundo alguns analistas, um distensionamento com o Irã – ou, pelo contrário, a aprofundar a dependência do eixo ocidental. Enquanto essa reconfiguração permanece indefinida, a consolidação do Atlântico como polo de oferta e o fortalecimento do eixo eurasiático seguem em curso.

O FECHAMENTO DE ORMUZ E A NOVA GEOPOLITICA ALIMENTAR

**Por Georges Flexor
Karina Kato
Nelson Delgado**

A guerra de Estados Unidos e Israel contra o Irã, iniciada em 28 de fevereiro, pode causar um agravamento significativo da insegurança alimentar no mundo. O principal canal pelo qual a guerra no Oriente Médio impacta os preços dos principais alimentos consumidos no mundo é o bloqueio de um chokepoint fundamental de fertilizantes e o aumento dos custos de energia que encarece toda a logística necessária para garantir o transporte de insumos e produtos agroalimentares.

À diferença de crises anteriores como a COVID-19 e a invasão da Ucrânia pela Rússia, o fechamento do Estreito de Ormuz representa um bloqueio físico total das exportações de fertilizantes do Golfo Pérsico. Cerca de 25% a 40% das exportações mundiais de fertilizantes nitrogenados (como a ureia) passam pelo Estreito de Ormuz. Com a redução drástica da oferta por exportação, os preços internacionais dos fertilizantes subiram rapidamente. O valor da tonelada de ureia que era de US\$ 464,80 em 27 de fevereiro chegou a US\$ 719,84, no dia 15 de abril de 2026.

Com quase metade do enxofre comercializado mundialmente, o Golfo Pérsico é igualmente um ponto estratégico na produção e exportação deste subproduto do refino de petróleo e gás, essencial para a produção de fertilizantes fosfatados. Em 27 de fevereiro, o seu preço era de US\$ 3655 a tonelada. Em meados de maio tinha superado os US\$ 7650. O bloqueio interrompeu o fornecimento da matéria-prima para grandes produtores como Marrocos e China, pressionando os preços internacionais do fosfato. Severamente afetada pela queda da oferta global de enxofre e com preços de insumos crescentes, a produção de fosfato está sendo limitada e seus preços se elevaram rapidamente, passando de US\$ 623 no dia anterior ao início da guerra para US\$ 793 em 11 de maio de 2026.

A guerra causou também um rápido aumento dos custos de transportes. Refletindo a elevação dos preços dos hidrocarbonetos, o

Baltic price index, uma medida do custo do frete marítimo, elevou-se mais de 50% entre o início da guerra e o auge das tensões geopolíticas em meados de maio de 2026. Repentinamente, transportar alimentos e fertilizantes tornou-se, assim, muito mais caro e os preços das principais commodities agroalimentares acusaram este choque de oferta. Nesse intervalo, o valor da tonelada de trigo elevou-se 15%, o preço do arroz 27% e o do milho quase 10%.

Ainda que essa nova crise geopolítica não tenha desencadeado ações dramáticas para limitar as exportações de alimentos — o que permitiu suavizar os efeitos do choque de oferta —, em diversas regiões do mundo o cenário alimentar que se desenha nos meses vindouros é bastante preocupante. O Programa Mundial de Alimentos (WFP) estima que cerca de 45 milhões de pessoas a mais podem enfrentar insegurança alimentar aguda devido ao conflito. Na África, países como Sudão, Somália e Quênia, que dependem fortemente de fertilizantes importados via mar do Oriente Médio, devem enfrentar um aumento dos preços dos alimentos e dos fertilizantes com consequências desastrosas sobre uma grande parcela da população que gasta a maior parte da renda em nutrição básica. Na América do Sul, o Brasil importa mais de 85% dos seus fertilizantes, com parte substancial passando pelo Estreito de Ormuz. Sendo o maior exportador global de soja, qualquer queda na produtividade brasileira impacta a oferta mundial de ração animal e óleos vegetais e, portanto, os preços das proteínas. No Sul da Ásia, Bangladesh e Paquistão estão enfrentando condições semelhantes às de uma recessão, enquanto a Índia liberou reservas e passou a utilizar petróleo russo para mitigar a perda de suprimentos do Oriente Médio. Os efeitos da crise se fazem sentir igualmente no Sudeste Asiático, onde Vietnã e Filipinas enfrentaram grave escassez de combustível e compras motivadas pelo pânico. A deterioração rápida da atividade econômica nesses países ameaça diretamente a segurança alimentar de milhões de pessoas. E nos países do Golfo que dependem do estreito para mais de 80% de seu suprimento calórico, os picos de preços de alimentos têm graves consequências sobre a segurança alimentar das populações marginalizadas, grande parte delas imigrantes do sul da Ásia.

A redução das tensões a partir de meados de maio apresentou resultados iniciais tangíveis. Os preços internacionais das commodities alimentares retrocederam, dinâmica acompanhada pelo declínio nos valores dos hidrocarbonetos e dos fertilizantes. Contudo, uma parcela expressiva das consequências dessa crise permanece latente, visto que as oscilações afetaram os custos de produção e, por conseguinte, o dimensionamento da próxima safra. Em um contexto geopolítico marcado pela crescente rivalidade entre

grandes potências, pela persistência de conflitos regionais e dependente do comportamento errático da presidência dos Estados Unidos, a elevada probabilidade de um fenômeno El Niño de forte intensidade exige atenção redobrada. A convergência desses fatores indica que os riscos de uma nova crise de segurança alimentar se tornaram mais agudos.

Mais do que um episódio conjuntural, a crise em torno do Estreito de Ormuz evidencia uma transformação mais profunda na economia política internacional. A convergência entre instabilidade geopolítica, mudanças climáticas e crescente dependência de cadeias globais altamente concentradas faz com que a segurança alimentar passe a ser tratada, cada vez mais, como dimensão indissociável da segurança nacional. Em um cenário marcado por tensões geopolíticas e pelo aquecimento global, a volatilidade dos mercados de commodities tende a assumir um caráter estrutural. Embora os impactos da crise atual não sinalizem consequências tão severas sobre a segurança alimentar quanto as observadas em episódios recentes, este evento constitui mais um contundente lembrete de que a questão alimentar mundial é frágil e não deveria ficar exposta à volatilidade e às incertezas dos mercados e da geopolítica contemporânea.

O MEMORANDO ESTADOS UNIDOS-IRÃ

Por Wagner Souza

O Memorando de Entendimento, assinado no dia 17 de junho de 2026, entre Washington e Teerã representou, fundamentalmente, um freio de arrumação tático diante de uma escalada que, para a administração Trump, se tornou econômica e politicamente muito custosa. Estruturado em 14 pontos, o documento tentou costurar um equilíbrio precário: de um lado, a exigência norte-americana de garantias permanentes contra a nuclearização militar iraniana; de outro, as demandas históricas de Teerã pela suspensão do sufocamento econômico, liberação de ativos congelados e autorização para a comercialização de seu petróleo bruto.

Todavia, a fragilidade desse arranjo provisório de 60 dias revelou-se de forma quase imediata. Ao condicionar o alívio das sanções a contrapartidas de segurança que esbarram na soberania regional do Irã — e ao não conter Israel em seus ataques ao Líbano —, as bases desse acordo nasceram sob o signo da desconfiança mútua, especialmente do lado iraniano, que sofreu ataques quando ainda se tentava uma solução negociada. O subsequente anúncio de novas sanções financeiras por Washington e as violações do cessar-fogo demonstram que o memorando não foi o prelúdio de uma possível nova arquitetura de paz, mesmo porque não há o mínimo grau de consenso para isso, mas sim, ao que parece, a continuação de um "estado de guerra" constante, o que quer dizer que a guerra pode eclodir a qualquer momento frente a uma paz frágil.

1. A Crise Estrutural e o Eixo de Ormuz

A fricção entre os Estados Unidos e o Irã insere-se na dinâmica de transição hegemônica do sistema mundial e na disputa pelo controle dos fluxos energéticos globais. O bloqueio e a subsequente disputa em torno do Estreito de Ormuz evidenciam como a geografia e a infraestrutura do capitalismo global são também teatros de operações da segurança internacional.

Desde o início das hostilidades e dos bombardeios no início de 2026, ficou claro que a estratégia americano-israelense de "choque e pavor" econômico e militar encontrou limites materiais severos. A

resistência do Estado iraniano não decorre apenas de sua capacidade de mobilização militar interna, mas de sua inserção nas alianças estratégicas do Sul Global. Rússia e China têm dado apoio ao Irã no conflito com os Estados Unidos e Israel, com suprimentos militares e informações de inteligência. O fracasso histórico das sanções ocidentais contra a Rússia levou ao surgimento de rotas alternativas de escoamento e financiamento; no caso do Irã, a interrupção do tráfego de navios-tanque em Ormuz gerou pressões inflacionárias globais imediatas, demonstrando que o estrangulamento de Teerã impõe custos que podem se tornar proibitivos às próprias economias centrais.

2. A Dinâmica Regional: Israel, o Líbano e as Forças de Resistência

Outro vetor de instabilidade que dificulta a eficácia do memorando é a desconexão entre as prioridades globais de Washington e os imperativos de segurança regional de seus aliados locais, notadamente o governo de Benjamin Netanyahu. A insistência de Israel em manter total liberdade de operações no Líbano colide frontalmente com a exigência iraniana de uma cessação abrangente das hostilidades que inclua toda a sua rede de alianças regionais.

Teerã tem sido explícita: não sacrificará seu papel de liderança no chamado "eixo de resistência" em troca de concessões financeiras parciais e reversíveis. A liderança iraniana compreende que o desmantelamento de sua projeção de poder regional (o apoio aos seus aliados regionais Hezbollah, Hamas, Houthis e outros) conforme demandado pelos EUA e principalmente por Israel, equivaleria a uma grande derrota estratégica.

3. Cenários Futuros e Possibilidades a partir do Impasse

Diante do colapso precoce das expectativas do memorando, o cenário do conflito se divide em dois caminhos possíveis:

a) A Recaída na Guerra de Desgaste de Alta Intensidade: Caso a retaliação militar substitua em definitivo os canais diplomáticos paralisados, o retorno aos bombardeios sistemáticos e ao fechamento estrito de Ormuz provocará uma nova onda de choque na economia política internacional. Este cenário é de soma zero: o Ocidente amplia o isolamento formal do Irã, mas arca com uma grave crise nos mercados de energia e a aceleração da inflação global.

b) A Consolidação de uma "Trégua Cinza" (Nem Paz, Nem Guerra): O cenário mais provável reside na manutenção de um estado de fricção controlada. Nele, o memorando deixa de ser um roteiro para um tratado definitivo e passa a operar como um teto regulador da violência. Ambas as partes mantêm a retórica

maximalista para consumo interno, mas evitam o transbordo para um conflito total que destruiria a infraestrutura petrolífera da região.

4. Considerações Finais

O impasse contemporâneo entre os EUA e o Irã corrobora a tese de que a hegemonia norte-americana não se sustenta como antes, seja pela supremacia bélica ou pelo poder financeiro. A interdependência assimétrica das redes globais de valor confere aos Estados periféricos e intermediários dotados de posições geográficas estratégicas um poder de barganha e de veto considerável. Foi o que pôde aferir o Irã, ao ser atacado. Os ataques, no momento da escrita deste texto, voltaram com força e se iniciaram a partir do ataque iraniano a navios que, direcionados pela marinha norte-americana a escapar do controle do Irã sobre o Estreito de Ormuz, margeando a costa de Omã, tentaram, portanto, "driblar" a autoridade de Teerã sobre a passagem. O Irã vê o controle de Ormuz como fundamental do ponto de vista estratégico e também considera ter ganhos econômicos, cobrando pela passagem. Tal cogitação não existia antes dos ataques americano-israelenses. É o que vários analistas já descreveram como o "Momento Suez" da hegemonia norte-americana, em comparação ao que significou a perda do Canal de Suez para a hegemonia britânica. O que se percebe é que a mudança de status do Estreito de Ormuz veio para ficar e a correlação de forças naquela região já se alterou, com o Irã mais poderoso, os Estados Árabes do Golfo Pérsico tendendo a querer depender menos de Washington e o eixo Moscou-Pequim exercendo mais influência.

O NOVO CREDO TRANSUMANISTA E A DEMOCRACIA

Por Daniel Barreiros

A democracia liberal, com suas instituições representativas, checks and balances, grupos de pressão e partidos, provou-se um fracasso civilizacional. Os mercados competitivos, incensados pelos mantras de consultores ocidentais e vendidos como panaceia, provaram-se custosos, ineficientes, sem direção, sem projeto de futuro. A horizontalização do corpo político, a pretensa igualdade entre desiguais, e a implosão das hierarquias mediante falsas promessas de inclusão, alimentaram o pior nos seres humanos: a disputa mimética, o desejo de ter o que o outro tem — poder, riqueza —, lançando as sociedades à fúria irracional das massas, ao cadafalso da guerra fratricida, em que todos se acham reis, nunca súditos. A globalização produziu um falso progresso, incremental, em que nações imitam umas às outras fazendo mais do mesmo, copiando tecnologias ultrapassadas, tentando sobrepujar suas adversárias em uma disputa sem vencedor. Não há saltos disruptivos que decidam a guerra em definitivo: sempre há um dia seguinte para se seguir lutando.

Democracia e mercados são os porteiros da discórdia, do atraso, da energia desperdiçada em disputas emulativas. Sem o bode expiatório, aquela instituição pagã eliminada pela democracia e pela soteriologia cristã, já não há um culpado sagrado por todos os males, sobre o qual a violência legítima possa ser deflagrada, unindo a coletividade em um só corpo e propósito. A razão iluminista, que pretendeu domar a violência humana através da discussão e do debate, produziu corpos políticos disfuncionais, perdidos em deliberações intermináveis, que antes de controlar o conflito mimético, o fazem existencialmente perigoso. Em momentos decisivos, as democracias se tornam inúteis, paralisadas, atoladas em um lamaçal de exigências éticas e conflitos de interesse. Como o escorpião, interesses particulares difusos inoculam seu veneno no dorso do coletivo, fazendo naufragar a todos.

Estão livres dessa deficiência os chineses, e em menor medida os russos, com seu aparato de controle social autoritário, progresso tecnológico livre de restrições éticas, e claro senso de propósito

civilizacional, instigado por um megaestado dominado por uma figura monárquica com aura heroica. Mas eles são os inimigos civilizacionais, bárbaros, e não serão eliminados com palavras de ordem ou apelos humanitários.

Fight fire with fire. Basta de competição; é hora do endgame.

Este é o credo do filósofo girardiano e investidor Peter Thiel, uma das figuras mais influentes na geopolítica global da terceira década do século XXI. Ao lado de Curtis Yarvin (Mencius Moldbug), teórico do "Iluminismo Sombrio", e de Nick Land, filósofo aceleracionista e defensor da extinção humana, Thiel forma a tríade de maior destaque do chamado "ecossistema neorreacionário" (NRx).

Influenciado por Leo Strauss, Oswald Spengler e Carl Schmitt, Thiel crê que as sociedades ocidentais alcançaram um ponto de degradação irreversível. Assim, ou sucumbirão diante de seus adversários, ou precisarão desfazer o impasse criado pela democracia e pelos mercados através de uma nova forma de autoridade, baseada em suprema infraestrutura tecnológica, que substitua a deliberação e a escolha pelo ordenamento baseado em gestão algorítmica invisível. Thiel não crê no poder da educação e do esclarecimento: não se deve ensinar às massas que a verdadeira essência da política é definir quem é o "amigo" e quem é o "inimigo", pois se disso souberem, a insensatez se converterá em catástrofe. O povo perderia suas bases morais se confrontado com a verdadeira natureza do poder. Ele deve continuar acreditando que manifestos, deliberação, debate e bandeiras ideológicas são a essência da política. Enquanto se distrai com trivialidades liberais, sua conduta é monitorada e determinada pelo emprego de aparato tecnológico de vigilância e controle de comportamento. A estabilidade depende de mentiras vitais, diz Thiel, amparado em Strauss.

O soberano, ecoando Schmitt, é aquele que decide na exceção; é o único ator que deve ignorar as regras que ele mesmo sustenta, de modo a identificar um perigo existencial, conhecer sua natureza, e eliminá-lo. Agir na exceção, violar as normas sem rompê-las, é a verdadeira natureza do poder, é emular a capacidade de Deus de proceder a milagres, suspendendo as leis da natureza. E o Estado democrático-liberal — tecnologicamente obsoleto, afogado em burocracia e paralisado por deliberações intermináveis, vulnerável a acusações de violações éticas movidas por interesses particulares — não é capaz de lidar com a velocidade dos desafios existenciais do século XXI. O poder de exceção tem de ser transferido, e, segundo Thiel, os próprios Estados liberais já o estão fazendo, sem que seus líderes necessariamente o saibam.

O chamado "consenso do Vale do Silício" é o de que startups disruptivas e as gigantes da alta tecnologia devem avançar sobre zonas de ambiguidade legal, ignorando regulações vigentes de modo a criar fatos consumados. Uma vez desenvolvidas tecnologias com base em processos obscuros, os Estados nacionais são colocados na posição de ter de legitimá-las, como um mero carimbador, sob pena de perder uma vantagem apropriável por seus inimigos. Thiel vê nisso o primeiro passo na transferência da soberania para as corporações de alta tecnologia; são elas que tomam para si o poder schmittiano de agir na exceção, já que o Estado liberal-democrático é incapaz de fazê-lo. Elas passam a operar sistemas que capturam as funções do Estado — como faz a Palantir, que controla a espinha dorsal informacional do exército norte-americano e parte do National Health Service britânico.

Os sistemas da Palantir monitoram e mapeiam, em tempo real, dados sobre "objetos" (pessoas e máquinas) e suas relações, produzindo um "gêmeo virtual" de uma organização ou parcela da sociedade, ampliando o controle social em escala sem precedentes. É a operação dos algoritmos que determina o que existe, o que a autoridade pública "vê", o que deve ser levado à sua atenção, o que deve ser ignorado, e o significado do que é visto. A torrente de informações torna impossível em muitos casos a supervisão humana; o agente público assume, então, a função de carimbador das decisões tomadas pelos sistemas de inteligência artificial.

Uma vez capturadas essas funções, o custo de saída é impagável; negar a captura significa tornar-se menos ágil na disputa por poder e riqueza; são, então, operações do sistema interestatal que fazem em 2026 os Estados abrirem mão de parte de suas soberanias em nome do poder privado.

A história é mesmo cheia de ironias.

Uma vez que a soberania dos Estados liberais for capturada, o comportamento dos indivíduos controlado e o conflito social mimético eliminado por via algorítmica, Thiel encontra em Yarvin — e no chamado neocameralismo — o horizonte institucional de futuro. A transformação neocameralista exige a supressão da concorrência empresarial, a constituição de posições ultramonopolistas por empresas com base no domínio de tecnologias disruptivas, lideradas por "fundadores" de capacidade excepcional, e a transformação do Estado-nação em Gov-Corp: uma empresa de capital fechado com propriedade sobre todo o território, em que o CEO-Monarca tem poder absoluto e autoridade total para tomar decisões rápidas, a fim de garantir supremacia geopolítica e geoeconômica irrestrita. No Gov-Corp não há direitos, nacionalidade nem voto: a cidadania é a adesão a um serviço por assinatura, e os cidadãos são clientes de

serviços de governança. Toda a economia gira em torno de enriquecer a Gov-Corp, análogo futurista ao cameralismo mercantilista de Frederico Guilherme I, cuja doutrina orientava a economia nacional para o engrandecimento do Estado prussiano no século XVIII.

É evidente que o programa neocameralista é teórico, mas aponta a direção projetada por seus ideólogos.

O mundo, e em especial a periferia do sistema interestatal, é hoje um campo de testes para a expansão das ideias neorreacionárias. Desde a cidade-estado privada de Próspera, em Honduras, com cidadania por contrato e sistemas legal e fiscal próprios, à "cidade-startup" de Itana na Nigéria, passando pelo projeto da megacidade NEOM na Arábia Saudita, e o plano para uma "Bitcoin City" em El Salvador, talvez o que mais se destaque seja a guarida que o governo argentino estende hoje ao projeto neorreacionário. O Ministério de Capital Humano implantou o Gêmeo Digital Social, sistema de IA de cruzamento de dados de cidadãos argentinos, que a oposição e especialistas suspeitam ter ligação com a Palantir. Além disso, um projeto de lei foi enviado ao Congresso para um regime de incentivo fiscal e regulatório (Super RIGI); o governo Milei propôs legislação para a criação de empresas operadas por agentes de IA com responsabilidade limitada.

Diz-se que Peter Thiel mudou-se para Buenos Aires com o marido Matt Danzeisen e seus filhos por razões fiscais, receio de um colapso global e ansiedade com os riscos da IA; não se pode excluir que veja a Argentina como um santuário e uma ponta de lança para o experimento neorreacionário.

Devemos, assim, esperar que até a próxima década os Estados fracos da periferia do sistema interestatal, com sociedades civis polarizadas e sem projetos nacionais sólidos, sejam assediados por projetos neorreacionários, funcionando como plataforma de lançamento para protótipos de engenharia social replicáveis em escala mundial.

BIOTECNOLOGIA E NEOEUGENIA

Por Reinaldo Guimarães

Nos tempos atuais, visões de futuro são escravas de grande indeterminação e, por vezes, há tentativas de olhar o que poderá vir a ser a partir do resgate de conceitos e práticas que se pensava já estarem superadas, se não extintas. Este texto pretende explorar um terreno onde essa assertiva tem lugar. As práticas eugênicas completamente ultrapassadas, muitas vezes sancionadas por políticas nacionais, voltam à cena. O desenvolvimento da biotecnologia, em particular as tecnologias de edição genética mediante ferramentas cada vez mais precisas, oferece as possibilidades técnicas para a criação, em laboratório, de "humanos melhores". Como veremos adiante, esse resgate vem embalado como uma 'neoeugenia'.

Para abordar esse renascimento, valem alguns comentários sintéticos sobre quatro pontos importantes: a história da eugenia, o conceito de tecnociência, a evolução da biotecnologia e as tecnologias duais.

História

Charles Darwin publicou sua principal obra, 'A Origem das Espécies', em 1859, mas foi Herbert Spencer, em 1862, que expandiu a teoria de Darwin para o estudo das sociedades, o que, mais tarde, veio a ser chamado de 'Darwinismo Social'. Ainda na Inglaterra, em 1883, Francis Galton, primo de Darwin, inventou o termo 'eugenia'. Vale dizer que, apesar desse ambiente, Darwin nunca viu com bons olhos a sua teoria da evolução das espécies ser estendida às sociedades humanas. Mas, apesar disso, na segunda metade do século XIX e no início do seguinte, as teorias e políticas eugênicas expandiram-se pelo mundo, com especial impacto na colonização da África e das Américas pelos impérios europeus.

Durante o século XX, em sua segunda metade, a revelação das barbáries da Alemanha nazista e dos japoneses em sua invasão da China (esta, um pouco subsumida em relação à alemã), fez com que a onda da eugenia arrefecesse em relação à primeira metade do século. O arrefecimento foi alavancado pelo Código de Nuremberg de

1947 e as sucessivas Declarações de Helsinque sobre ética de pesquisa com seres humanos, a partir de 1964. Tenho como hipótese que foi também associado a esse refluxo a fundação da bioética, por Van Rensselaer Potter, em 1970, nos Estados Unidos. Potter tinha uma visão ampla da bioética, que abrangia a ecologia e as políticas públicas. Entretanto, a bioética norte-americana se desenvolveu majoritariamente para o terreno clínico.

Tecnociência

Este termo tem precedentes históricos muito antigos que dizem respeito às relações entre descobertas científicas e suas aplicações práticas. Atribui-se a Francis Bacon a proposição de que o conhecimento científico deveria ter utilidade, de modo a ajudar o homem a controlar a natureza. Essa postulação de Bacon alimentou a Revolução Científica do século XVII. Na segunda metade do século XX, vários autores como Heidegger e Bachelard trataram do tema, mas foi no âmbito do campo de pesquisa interdisciplinar chamado de Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia que o conceito de tecnociência foi estabelecido. Atribui-se ao filósofo belga Gilbert Hottois a criação do termo, mas Bruno Latour na França e Donna Haraway nos Estados Unidos, entre outros, foram os que solidificaram o conceito. Para Latour, os vínculos e distinções entre ciência e tecnologia não decorrem de epistemologias distintas, mas sim de um emaranhamento epistêmico, sendo a tecnologia uma condição de possibilidade da própria ciência e vice-versa. Além disso, as tecnociências implicam exercício de poder e se exercem mediante o relacionamento de múltiplas instituições em rede. Uma boa revisão sobre as tecnociências pode ser encontrada no artigo da filósofa búlgara Ludmila Ivancheva, cuja referência está no final deste texto.¹

A Biotecnologia Hoje

Atualmente, práticas potencialmente eugênicas se desenvolvem sob o guarda-chuva da biotecnologia. Esta vive uma era da biologia sintética ou de precisão, que opera não apenas na leitura e manipulação de genomas, mas objetiva projetar e construir sistemas biológicos do zero. A primeira ferramenta desenvolvida para edição de genomas leva o nome de CRISPR-Cas9, uma espécie de "tesoura" capaz de modificar DNAs. Em 2020, duas pesquisadoras, uma francesa e outra norte-americana, ganharam o Nobel de

¹ Ivancheva, L. - *The rise of modern technoscience: some conceptual considerations from the perspective of S&T studies*. Papers of BAS Humanities and Social Sciences, Vol. 4, 2017, No 2. <https://www.papersofbas.eu/images/papers/Papers-2-2017/Papers%20of%20BAS-2-2017-Ivancheva.pdf>

química pelo desenvolvimento dessa ferramenta. Outras ferramentas mais precisas — Edição de Genes e Edição Prime — foram desenvolvidas, respectivamente, em 2016 e 2019.

Em 6 de junho de 2026, a respeitada revista científica britânica *Nature* publicou um artigo intitulado, em tradução livre, "A edição precisa do genoma de embriões humanos gera elogios e alarmes; a técnica de 'edição de bases' usada pelos pesquisadores está longe de estar pronta para uso clínico, mas os críticos temem que ela incentive uma corrida para comercializar a abordagem." ¹

A dualidade tecnológica

A biotecnologia é um vasto campo de saberes e práticas com grande transversalidade. Seus braços vão desde a saúde humana até o clima, a agricultura, o meio ambiente, a indústria e a defesa, entre outros. No terreno da saúde humana, as contribuições biotecnológicas, como a edição genética já mencionada, destinam-se a prolongar e salvar vidas. Entretanto, e essa é também uma marca dos tempos correntes, esse campo está imerso em uma dimensão muito presente nas tecnociências, que é o das tecnologias duais.

A face mais conhecida das tecnologias duais no campo biotecnológico diz respeito à guerra microbiológica e ao bioterrorismo, capazes de criar microrganismos patogênicos, aumentar sua virulência, fazer com que se tornem mais resistentes a medicamentos e vacinas, aumentar sua transmissibilidade, etc. Mas há outra vertente dessa dualidade, mais atual e ainda muito aberta a desenvolvimentos, que diz respeito à edição genômica em humanos, com vistas a aumentar suas capacidades físicas e mentais, sua resistência a traumas psíquicos ou a torná-los mais inteligentes.

Essa vertente, que tem como objetivo um denominado 'aprimoramento humano', está na raiz da neoeugenia e engendra consequências muito afastadas dos laboratórios de pesquisa biotecnológica. Por exemplo, de ordem bioética: qual a sua moralidade — haverá distinções sociais e econômicas entre os 'aprimorados' e os 'não aprimorados'?² Também debates político-ideológicos — uma eugenia regulada pelo Estado ou pelas famílias

¹ *Nature*; Newsletter de 6/6/2026. *Precise genome editing of human embryos triggers praise and alarm*The 'base editing' technique that researchers used is far from ready for the clinic, but critics worry that it will spur a rush to commercialize the approach. <https://www.nature.com/articles/d41586-026-01827-8>

² Ver, por exemplo, Falcão, D. – REPROGENÉTICA. Folha de São Paulo, 6 de agosto de 1998 <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj06089812.htm>

— uma eugenia liberal? Essa modalidade neoeugênica foi proposta pelo filósofo Nicholas Agar, em 1998.¹

Mas além dessas dimensões, a neoeugenia tem chamado cada vez mais a atenção das forças militares e do cenário geopolítico. Por exemplo, soldados 'aprimorados' mais resistentes ou que possam resistir melhor a radiações ou substâncias tóxicas. O fato é que nesse futuro de humanos 'aprimorados', as nações que mais e melhor dominarem essas tecnologias terão vantagens competitivas importantes. Em outros termos, seu domínio será considerado um importante ativo geopolítico. Talvez de um modo algo hiperbólico se possa afirmar que no futuro o domínio dessas tecnologias poderá cumprir um papel parecido com o domínio do poder nuclear estabelecido na segunda metade do século passado.

Convergências Tecnocientíficas

As propostas de uma neoeugenia têm vínculos com outras tecnociências e há propostas de integração entre elas, formando uma 'convergência tecnológica'. Essa convergência propõe articular as Tecnologias da Informação (em particular a Inteligência Artificial), Nanotecnologia, Ciências da Cognição e a Biotecnologia. A iniciativa não classificada mais conhecida dessa convergência é um programa conhecido como NBIC, e o acrônimo é as iniciais em inglês das quatro. Para sua implementação, em 2001-2002, foi realizado um seminário patrocinado pela National Science Foundation dos Estados Unidos. O seminário publicou um relatório com o título *Converging Technologies for Improving Human Performance*². Em 2010, os mesmos organizadores do seminário propuseram o nascimento de uma "Ciência da Convergência" e, em 2013, ampliaram o escopo da sua proposta para integrar estudos sociais nesse projeto. Portanto, uma convergência entre as quatro tecnociências e a vida em sociedade. É muito provável que as discussões sobre esses temas continuem em curso. No entanto, devem ser classificadas, portanto, fora do alcance do público.

¹ Agar, Nicholas. Liberal Eugenics. *Public Affairs Quarterly*, v. 12, n. 2, p. 137–155, abril de 1998.
https://www.thenovacastrianphilosopher.com/uploads/1/2/4/8/124802260/agar.1998.liberal_eugenics_1.pdf

² Roco, MC e Bainbridge, WS (Ed) 2002. *Converging Technologies for Improving Human Performance*. Nanotechnology, Biotechnology, Information Technology And Cognitive Science NSF/DOC-sponsored report https://chevalier.lycee.ac-normandie.fr/IMG/pdf/1.letendre.converging_technologies_for_improving_human_performance-2002.pdf?utm_source=chatgpt.com

A AMEAÇA GLOBAL DAS NOVAS VIROSES: EBOLA E MPOX.

Por Rafael Galliez

José Noronha

O surto de Ebola declarado em maio de 2026 na província de Ituri, no nordeste da República Democrática do Congo, não é apenas mais uma emergência localizada em um país distante. Ele expõe os limites da resposta internacional quando um agente conhecido aparece onde a capacidade material de contenção é menor. A imprensa o chama de Ebola, e essa é a linguagem pública correta. A precisão técnica não corrige esse nome; apenas acrescenta o dado político relevante: trata-se de doença por ebolavírus causada pelo vírus Bundibugyo, distinto do Zaire ebolavirus, para o qual já existem vacina licenciada e anticorpos monoclonais aprovados. Para Bundibugyo, não há vacina licenciada nem tratamento específico aprovado. A diferença não é semântica. Ela mostra que o conhecimento científico não se distribui automaticamente como capacidade produtiva, estoque, acesso e resposta.

O Ebola condensa um paradoxo antigo da saúde internacional. Sua transmissão não tem a eficiência respiratória de um coronavírus pandêmico e, em geral, depende de contato direto com fluidos corporais. Em tese, isso permitiria contenção por vigilância, isolamento, rastreamento de contatos, proteção de profissionais de saúde e confiança comunitária. Na prática, a contenção depende de Estado, laboratório, logística, segurança territorial e financiamento. Quando essas condições faltam, a menor transmissibilidade relativa não impede devastação local, transmissão transfronteiriça e desorganização da resposta.

Ituri não é cenário neutro. A República Democrática do Congo reúne pobreza, conflito armado prolongado, deslocamentos populacionais, circulação regional intensa e serviços de saúde sob pressão. A África Central aparece, mais uma vez, como espaço de emergência biológica e, ao mesmo tempo, como espaço de baixa capacidade material de resposta. A repetição desse padrão não deve ser naturalizada. Regiões com maior exposição a spillovers, crise

humanitária e circulação transfronteiriça frequentemente dispõem de menos meios para interromper rapidamente a transmissão.

Esse surto se inscreve em um quadro mais amplo de patógenos com potencial epidêmico e pandêmico. A atualização recente da lista de patógenos prioritários da OMS deslocou o foco de agentes isolados para famílias virais, patógenos-protótipo e a categoria “Doença X”, isto é, o agente ainda desconhecido capaz de provocar uma emergência internacional grave. Coronavírus, filovírus, arenavírus, bunyavírus, paramixovírus e orthopoxvírus não são apenas objetos de vigilância biológica. São também testes de capacidade política, tecnológica e financeira.

A influenza aviária A(H5N1), especialmente o clado 2.3.4.4b, permanece como exemplo de ameaça que exige atenção sem fatalismo. A expansão em aves, mamíferos marinhos, visons e gado leiteiro aumentou as oportunidades ecológicas de adaptação a mamíferos. O que separa esse cenário de uma pandemia humana sustentada envolve, entre outros fatores, adaptação eficiente à transmissão entre humanos. A história das pandemias de influenza recomenda levar essas mudanças a sério, sem transformá-las em profecia automática.

A mpox amplia esse argumento por outro caminho. Durante a erradicação da varíola, a então chamada monkeypox já estava registrada nos documentos centrais da saúde pública internacional. Vários autores já reconheceram sua origem animal, a semelhança clínica com a varíola e a possibilidade de transmissão secundária entre humanos. O enquadramento, porém, era estreito: a monkeypox ameaçaria a certificação da erradicação da varíola? Como a resposta parecia negativa, a doença permaneceu na periferia das prioridades.

O erro não foi desconhecer a mpox, mas lê-la apenas a partir da vitória contra a varíola. A varíola era uma doença humana, sem reservatório animal relevante, adequada a uma campanha vertical de erradicação. A mpox era uma zoonose mantida em reservatórios animais, associada a surtos florestais e rurais, dependente de vigilância prolongada e pouco atraente para o mercado de vacinas e tratamentos. O surto de 2003 nos Estados Unidos, ligado a roedores africanos importados e cães-da-pradaria vendidos como animais de estimação, mostrou que a fronteira entre zoonose africana e risco global era frágil. Em 2022, o clado IIb rompeu essa moldura ao produzir uma epidemia urbana, internacional e sexualmente mediada; a emergência posterior do clado Ib acrescentou novas cadeias interpessoais e sexuais fora do enquadramento clássico da doença.

Ebola por Bundibugyo, mpox e H5N1 não contam a mesma história. O primeiro expõe o custo de enfrentar uma emergência de alta letalidade sem contramedidas específicas em território de baixa capacidade material. A segunda mostra como um vírus conhecido, tratado por décadas como periférico, pode mudar de escala, rota de transmissão e significado social. O terceiro lembra que reservatórios animais extensos e adaptação mamífera podem deslocar rapidamente o cálculo de risco. A fronteira entre evento regional, doença negligenciada e ameaça global depende de ecologia, mobilidade, imunidade, vigilância e resposta política.

A Organização Mundial da Saúde está no centro desse impasse, mas não o resolve sozinha. A OMS mantém autoridade técnica, capacidade de alerta e legitimidade normativa, porém opera com financiamento instável, contribuições vinculadas e dependência da vontade política dos Estados. A retirada dos Estados Unidos da organização agrava essa fragilidade e reduz a capacidade de expressão coletiva dos mecanismos multilaterais em um ambiente de competição geopolítica. A Covid-19 já havia mostrado a disputa por vacinas, insumos e dados; não é necessário repetir essa história a toda hora, mas é impossível ignorá-la.

As regras sanitárias do pós-guerra nunca foram plenamente cumpridas, mas ofereciam uma linguagem comum: doenças transmissíveis em qualquer parte do mundo representavam perigo para todos. Essa formulação permanece verdadeira. O que mudou foi a distância entre a norma e os conflitos interestatais e a capacidade material de sustentá-la. Em uma ordem internacional marcada por financiamento carimbado, soberania seletiva, propriedade intelectual, dependência tecnológica e disputas entre potências, a resposta às viroses emergentes tende a chegar depois da circulação viral, depois da crise local e, muitas vezes, depois que o risco alcançou níveis globais.

Preparar-se para uma “Doença X” é necessário, mas insuficiente. O desconhecido importa, mas a história recente sugere que muitas crises estavam visíveis antes de se tornarem incontornáveis. A surpresa, nesse campo, frequentemente é o nome tardio da negligência: o Ebola que todos chamam de Ebola, mas para o qual nem todas as espécies têm contramedidas; a mpox que já estava nos documentos da varíola, mas ficou fora da prioridade política; a influenza aviária que se expande por novas espécies enquanto o mundo calcula se deve agir agora ou esperar. O problema central não é apenas prever o próximo vírus, mas os limites da construção de capacidade coletiva até que a próxima crise torne óbvia a negligência anterior.

UCRANIA: GUERRA E RESSENTIMENTO.

Por Flavio Aguiar

Stepan Bandera: este personagem histórico pode ajudar a entender, em parte, o que está acontecendo na Ucrânia.

Stepan Bandera nasceu em 1909 no oeste de uma região conhecida como Galícia (que nada tem a ver com sua homônima ibérica). Ela pertencia então ao Império Austro-Húngaro. Depois da dissolução deste, ao fim da Primeira Guerra Mundial, ela passou para a Polônia. E hoje pertence à Ucrânia.

Desde os anos 20 do século passado, a Galícia foi palco de movimentos nacionalistas por parte da população ucraniana que lá vivia, ao lado da polonesa.

Estes movimentos culminaram na criação da Organização dos Ucranianos Nacionalistas (OUN, na sigla ucraniana), de que Bandera tornou-se o principal líder.

A OUN, assim como seu líder Bandera, era de espírito fascista e preconizava uma Ucrânia etnicamente pura, livre de poloneses, russos e judeus. Por isso, em meados da década de 30, Bandera e outros militantes da OUN foram presos pela polícia polonesa. Só foram libertados quando os nazistas invadiram e tomaram a Polônia em 1939.

Tanto a OUN como Bandera tinham a União Soviética na conta de sua inimiga principal. Mas inicialmente contempORIZARAM, devido ao pacto Molotov-Ribbentrop. Quando o pacto foi rompido com a invasão da URSS pelos nazistas, passaram a uma política mais agressiva. A OUN formou milícias armadas numa organização paralela, o Exército Insurgente Ucraniano (UPA).

Segundo o atual governo polonês, o UPA e a OUN foram responsáveis pela eliminação de mais de 100 mil poloneses entre 1941 e 1944, na sua busca por uma futura Ucrânia “purificada”. Este é um contencioso entre os governos da Polônia e da Ucrânia. Para aquele, o UPA e a OUN não passam de sanguinários assassinos. Para este, são heróis, Bandera sobretudo, a serem reverenciados por terem se rebelado diante dos soviéticos.

Hoje em dia há um esforço por parte de historiadores e comentaristas para “limpar” o nome de Bandera de suas simpatias pelo nazi-fascismo. Dizem que ele nunca colaborou com os nazis germânicos, e que tal acusação é parte da retórica russa para justificar sua invasão.

É verdade que a relação entre Hitler, o Alto Comando Alemão e os nacionalistas ucranianos nunca foi linear nem completamente tranquila. Hitler quis ocupar o sudoeste soviético. Para tanto, estabeleceu um corredor que, partindo da Alemanha, passava pela Polônia, a Ucrânia e chegava a seu objetivo em território soviético, para abastecer seus exércitos. Não passava por sua cabeça ter de negociar com um governo autônomo neste caminho, mesmo que simpático aos nazis. Por isto, vetou a ideia de uma Ucrânia independente, acalentada por Bandera e seus correligionários. Bandera acabou detido pelos nazistas e levado para um campo de concentração.

Isto não o impediu de se refugiar na Alemanha quando os nazistas tiveram de recuar. Finda a guerra, estabeleceu-se, com outros anticomunistas ucranianos, em Munique.

Terminou sendo assassinado em outubro de 1959 por um agente da KGB soviética. Algum tempo depois este agente desertou e entregou-se... à polícia de Berlim Ocidental, confessando o crime. Indo a julgamento, estranhamente foi absolvido: o tribunal condenou as autoridades soviéticas como mandantes do assassinato. E o agente perdoado pôde se estabelecer e recomeçar uma nova vida na África do Sul do apartheid.

Hoje Bandera é objeto de culto na Ucrânia governada por Kiev. É nome de avenida na capital e tema de monumentos e comemorações. Gravita em torno de seu nome o ressentimento pelo país inconcluso, projetado inteiramente contra os soviéticos e seus herdeiros russos, o que inclui as populações desta etnia e cultura situadas a leste do país e que, durante a Segunda Guerra, foram mais simpáticas a Moscou, ao contrário dos da Galícia de Bandera.

Aqui entra em cena um segundo ressentimento que ajuda a alimentar o conflito: o alemão, já que Berlim tornou-se um dos principais fornecedores de apoio logístico, material e retórico de Kiev.

Foi na fronteira entre as hoje Ucrânia e Rússia que a luta na Frente Leste se decidiu. Por tabela, pode-se dizer que ali se decidiu a guerra, pois foram os soviéticos que tomaram Berlim e deram o tiro de misericórdia no Terceiro Reich.

Refiro-me à Batalha de Kursk, a maior da Segunda Guerra. A de Estalingrado é mais famosa, e mais citada. Ela é mais

“cinematográfica”, por sua longa duração, seus combates de casa em casa, seus franco-atiradores, o cerimonial da rendição. Em Kursk não houve rendição, houve recuo.

Kursk foi muito rápida. Durou de 5 de julho a 23 de agosto de 1943. Mas nunca se destruiu e se matou tanto quanto nestes 50 dias de luta. Estima-se em dez mil blindados, veículos e armas pesadas de assalto destruídas, com um número incontável de mortos e feridos de parte a parte. No fim da carnificina, os soviéticos venceram. Os nazistas tiveram que recuar e nunca mais fizeram uma ofensiva nesta frente. Só se defenderam, até a capitulação.

Curiosamente, o Exército Ucraniano, com seus uniformes cheios de penduricalhos semelhantes aos símbolos nazistas, escolheu Kursk para fazer uma contraofensiva. Esta falhou. Mas o símbolo ficou.

Para os alemães, em todos os sentidos a ocupação soviética foi mais dolorosa do que a americana, a inglesa e a francesa juntas. Segundo os nazistas, os eslavos, os russos em particular, também eram uma raça inferior. Na sua invasão a leste, os nazistas também aplicaram políticas de extermínio, para depois receberem a vingança dos ex-condenados à derrota. Tudo isto ficou dentro de um baú de guardados, até florir de novo, sob a forma de que agora finalmente estão fazendo “a coisa certa”, apoiando Davi contra Golias. Estranho Davi, que tem por trás de si tantos outros Golias.

Para entender o que se passa nesta dimensão do conflito, é necessário recorrer a exemplos literários. Sugiro a leitura ou releitura de romances como *O morro dos ventos uivantes* ou *O Conde de Monte Cristo*. Neles se pode entender o quanto o ressentimento rege comportamentos aparentemente voltados para o futuro, e o tanto que ele é mau conselheiro.

*Zinka Ziebell colaborou na pesquisa e na revisão.

A COPA DO MUNDO DE 2026

Por Mirelli Malaguti

A Copa do Mundo de 2026 representa o auge da globalização comercial do futebol e, simultaneamente, expõe suas contradições: inclusão esportiva acompanhada de elitização econômica; integração continental associada a fronteiras mais rígidas; compromissos ambientais confrontados por deslocamentos recordes; e celebração multicultural convivendo com disputas sobre imigração e segregação de países, segurança e direitos civis. Tudo isso sem falar na interferência política direta sobre as regras do campeonato pelos "donos da bola".

O futebol, como conhecido, nasceu na Inglaterra e acompanhou a expansão do capitalismo industrial, do Império Britânico, das ferrovias, da navegação a vapor e da globalização do século XIX. Nesse sentido, a história do futebol nasce também da história da ascensão da Grã-Bretanha como potência mundial.

Com a apropriação do esporte pelos povos, o futebol deixou de ser um esporte inglês para se tornar um patrimônio cultural mundial. Em 1928, foi aprovada a criação de uma Copa do Mundo independente dos Jogos Olímpicos. Jules Rimet, seu ideólogo, francês e profundamente influenciado pelos traumas da Primeira Guerra Mundial, tinha como objetivo criar uma competição que unisse os povos por meio do esporte, com o simples lema: “Os povos que jogam juntos têm menos motivos para lutar.” Em outras palavras, a Copa nasceu como um projeto de cooperação internacional.

Em pouco tempo, porém, a Copa passou a incorporar outras dimensões — cultural, política, geopolítica, diplomática e econômica —, de forma que nunca se limitou a ser uma competição esportiva. Em diferentes momentos, a Copa serviu para afirmar identidades nacionais; legitimar governos; projetar poder e prestígio internacional (soft power); refletir conflitos da Guerra Fria; promover reconciliações diplomáticas; e colocar em evidência debates sobre direitos humanos, imigração e inclusão. A Copa do Mundo é um verdadeiro espelho da política internacional: a cada edição, os

grandes temas do sistema internacional acabam encontrando expressão dentro e ao redor dos estádios.

Desde sua criação, em 1930, a Copa do Mundo esteve profundamente ligada à política internacional. O Uruguai utilizou a primeira edição para afirmar sua identidade nacional, enquanto a Itália fascista transformou a Copa de 1934 em instrumento de propaganda do regime de Mussolini. Em 1938, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, o torneio refletiu as tensões europeias, com a incorporação da Áustria pela Alemanha nazista, e partidas envolvendo a Itália fascista foram marcadas por hostilidade do público francês.

No pós-guerra, o Brasil buscou projetar uma imagem de país moderno ao sediar a Copa de 1950, e o "Milagre de Berna" (1954) simbolizou a recuperação da Alemanha Ocidental. Em 1966, a Inglaterra reforçou sua identidade nacional em meio ao declínio do Império Britânico. A Copa de 1970 foi utilizada tanto pelo governo mexicano para projetar estabilidade após o massacre de Tlatelolco quanto pela ditadura militar brasileira como instrumento de propaganda. Em 1974, a vitória da Alemanha Oriental sobre a Alemanha Ocidental ganhou significado na Guerra Fria, enquanto a participação do Chile ocorreu sob a sombra da ditadura de Pinochet.

Em 1978, a Argentina utilizou o torneio para melhorar a imagem internacional do regime militar, apesar das sistemáticas violações de direitos humanos. A Espanha apresentou, em 1982, sua transição democrática, enquanto o "Jogo da Vergonha de Gijón" revelou problemas de manipulação esportiva.

A Copa de 1986, no México, ficou marcada pelo confronto entre Argentina e Inglaterra, quatro anos após a Guerra das Malvinas, transformando a vitória argentina e a "Mão de Deus" de Maradona em um símbolo de revanche esportiva. Já em 1990, na Itália, ocorreu durante o fim da Guerra Fria e refletiu as transformações políticas na Europa, sendo a última participação da URSS e da Alemanha Ocidental antes da reunificação.

A partir de 1994, nos EUA, a Copa consolidou-se como um megaevento global altamente comercializado. Em 1998, a partida entre EUA e Irã tornou-se um raro gesto de aproximação diplomática. As Copas seguintes também refletiram desafios políticos: a integração asiática em 2002, a reconstrução da imagem democrática da Alemanha em 2006, o pós-apartheid sul-africano em 2010, os protestos sociais no Brasil em 2014, contra os altos investimentos no evento e denúncias de remoções urbanas. Em 2018, a Copa na Rússia ocorreu em um contexto de tensões internacionais após a anexação da Crimeia e, em 2022, no Catar, com debates sobre

direitos humanos, imigrantes, mulheres, população LGBTQIA+, sustentabilidade e corrupção na escolha da sede.

A Copa do Mundo de 2026 tornou-se a edição mais politizada, não apenas pelos conflitos internacionais, mas também pela influência direta da política migratória e de segurança dos EUA sob o governo de Donald Trump. Entre os episódios mais controversos esteve a proibição da entrada do árbitro somali Omar Abdulkadir Artan, eleito o melhor árbitro africano de 2025, tornando-se o primeiro árbitro da história da Copa barrado pelo país anfitrião. Outro episódio envolveu o tratamento dispensado à seleção do Irã, cujos dirigentes e membros da comissão técnica enfrentaram dificuldades para obter vistos ou tiveram a entrada negada, além da equipe ser obrigada a estabelecer sua base de treinamento no México, entrando nos EUA apenas para disputar as partidas e retornando imediatamente após os jogos.

Enquanto a Rússia foi rapidamente suspensa pela FIFA e pela UEFA após a invasão da Ucrânia, ficando excluída das competições internacionais e das Eliminatórias para as Copas de 2022 e 2026, EUA e Israel não sofreram sanções esportivas equivalentes, apesar das denúncias de violações do direito internacional envolvendo o conflito em Gaza. Esse tratamento diferenciado evidencia que a alegada neutralidade do futebol internacional é influenciada por relações de poder e interesses geopolíticos.

Durante décadas, o episódio mais insólito de interferência direta em uma partida de Copa do Mundo parecia ser o ocorrido em 1982, quando França e Kuwait se enfrentavam e os jogadores kuwaitianos pararam de jogar após ouvirem um apito vindo da arquibancada, permitindo que a França marcasse um gol. Indignado, o xeque Fahad Al-Ahmed invadiu o gramado e pressionou o árbitro a anular o gol. Em 2026, esse episódio foi ofuscado por uma controvérsia ainda maior: o telefonema do presidente dos EUA, Donald Trump, ao presidente da FIFA, após a expulsão do atacante norte-americano Folarin Balogun. A suspensão foi revertida injustificadamente, alimentando acusações de interferência política inédita nas decisões disciplinares da entidade e levantando dúvidas sobre a independência da FIFA diante do governo do principal país-sede.

Os ingressos para a Copa custaram, em média, US\$ 500, ou 5x mais do que as últimas Copas. Na final, os valores oficiais chegaram a mais de US\$ 30 mil, enquanto pacotes de hospitalidade chegaram a aproximadamente US\$ 34.500 por pessoa. A enorme distância entre o ingresso popular e os setores premium reforçou as críticas à elitização e à crescente mercantilização da competição. Na sociedade contemporânea, a distinção social desloca-se da

propriedade de bens para o acesso a experiências exclusivas. Assistir presencialmente à final da Copa do Mundo, sobretudo em setores premium, converte-se em um poderoso marcador de status.

Cada minuto é capitalizado. A Fox pagou 400 milhões de dólares pelos direitos de transmissão. Eles anunciaram que arrecadaram 250 milhões de dólares apenas com publicidade durante as pausas para a hidratação. Agora ficou claro para que servem esses intervalos que não existiam e mudaram até o ritmo do jogo.

A Copa do Mundo de 2026 deverá consolidar-se como o maior evento de apostas da história do esporte. Segundo estimativas da consultoria financeira Macquarie, o torneio deverá movimentar mais de US\$ 50 bilhões em apostas esportivas em todo o mundo. Já a H2 Gambling Capital, uma das principais empresas globais de inteligência do setor, projeta um volume próximo de US\$ 60 bilhões, impulsionado pela expansão do torneio e pela rápida legalização das apostas esportivas nos EUA.

A expansão das apostas esportivas representa mais uma etapa da mercantilização do futebol, na qual o torcedor deixa de ser apenas espectador para tornar-se fonte direta de acumulação de capital. A literatura aponta que esse processo tem provocado impactos econômicos e sociais relevantes, especialmente entre as camadas de menor renda, como aumento do endividamento, transferência de renda para as plataformas de apostas, redução do consumo de bens essenciais e agravamento de problemas de saúde mental.

Da propaganda fascista de Mussolini ao sportswashing contemporâneo, das ditaduras latino-americanas à geopolítica das grandes potências, das arquibancadas populares aos camarotes de luxo e às plataformas globais de apostas, a história das Copas do Mundo acompanha a própria evolução do capitalismo. A edição de 2026 representa a culminação desse processo: um torneio simultaneamente mais global, mais rentável, mais tecnológico e mais politizado, no qual esporte, mercado e geopolítica tornam-se praticamente indissociáveis.

UM ARMISTÍCIO BELIGERANTE

Por José Luís Fiori

O primeiro-ministro Benjamin Netanyahu e altos funcionários do governo israelense consideraram o “Memorando de Entendimento” assinado pelos EUA e pelo Irã uma “rendição humilhante”. E o mais provável é que os israelenses tenham razão, porque os 14 pontos que foram acordados representam de fato um “ato de rendição” da parte dos EUA.

O governo de Donald Trump nunca conseguiu explicar nem justificar seu ataque em meio a um processo de negociação que avançava favoravelmente para os objetivos norte-americanos. E os objetivos que tomou emprestado de Israel foram sendo apresentados de forma desordenada através do tempo – nenhum deles foi alcançado. Afinal, a promessa de não fabricar armas nucleares já havia sido feita há muito tempo por sucessivos governos iranianos. E a abertura do Estreito de Ormuz, a segunda grande conquista de Donald Trump, seria quase absurda se tivermos em conta que só foi fechado como resposta ao ataque dos próprios norte-americanos e seus aliados israelenses. Com o “detalhe” de que, para obter a promessa de que os iranianos manterão as coisas como estavam antes da guerra, os EUA gastaram cerca de 40 bilhões de dólares, assassinaram quase todo o alto comando religioso, político e militar do Irã, mataram cerca de 3.500 iranianos e destruíram, além de objetivos militares, grandes extensões da infraestrutura civil do país.

Além disso, para obter esses dois objetivos rebarbativos, os EUA, junto com Israel, atingiram em cheio o mercado mundial de energia e de alimentos, provocando uma queda do produto mundial e um abalo estrutural da economia europeia, que já vinha enfrentando uma grande crise econômica e política desde o início do conflito ucraniano. Tudo isso graças a uma guerra que nunca foi justificada, nem explicada coerentemente, por parte dos EUA – para no final aceitar, como melhor alternativa, um armistício que não deve durar muito tempo. O mais provável é que este se transforme num conflito militar crônico, com profundo impacto sobre o Oriente Médio e a geoeconomia mundial.

Assim mesmo, não há dúvida de que Israel saiu dessa guerra pior do que os EUA. Afinal, faz mais de duas décadas que Benjamin Netanyahu conspira para obter o apoio dos norte-americanos ao seu projeto de um ataque conjunto, relâmpago, massivo e arrasador, dos dois países contra o Irã. Um ataque com o objetivo de destruir definitivamente a capacidade militar e a resistência do povo persa, e a própria estrutura religiosa e civil da República Islâmica do Irã.

Pois bem, esse ataque acabou acontecendo no dia 28 de fevereiro de 2026, mas nenhum dos objetivos de Netanyahu foi alcançado. As forças conjuntas de EUA e Israel mataram, nas primeiras horas do ataque, quase todas as lideranças religiosas e civis do Estado Persa; depois, bombardearam de forma contínua mais de 130 cidades iranianas, durante mais de um mês, visando aniquilar alvos militares e civis em todo o país. Assim mesmo, as duas potências atômicas não conseguiram derrubar o governo, nem interromper o programa nuclear do Irã; não conseguiram destruir a capacidade balística dos iranianos, muito menos dividir e dobrar moralmente o povo persa. Pior ainda, o Irã resistiu, contra-atacou e ainda conquistou uma posição de poder que não tinha antes da guerra – a soberania sobre o Estreito de Ormuz, que se transformou na peça-chave de sua vitória estratégica sobre os EUA. Além disso, o sistema de defesa aérea de Israel – seu famoso Domo de Ferro – foi vazado de forma sistemática pelos drones e novas armas balísticas iranianas, restando para Israel apenas o controle do território arrasado de Gaza e a região que ocupa atualmente no sul do Líbano. Por fim, Israel foi excluído das negociações de paz e ainda foi obrigado a ouvir uma das admoestações mais duras jamais dirigidas por uma autoridade norte-americana contra os israelenses, quando o vice-presidente americano, J. D. Vance, declarou numa entrevista, na última semana, que “o presidente Donald Trump é o único chefe de Estado em todo o mundo que ainda demonstra simpatia pela nação de Israel neste momento”. Ao mesmo tempo, Vance aproveitou para lembrar aos governantes de Israel que “dois terços das armas defensivas que protegeram Israel foram fabricadas por mãos norte-americanas e pagas com o dinheiro dos contribuintes norte-americanos”. Assim mesmo, Israel deverá seguir sendo uma “máquina de guerra contínua”, mais do que um Estado. Sobretudo porque tem plena consciência da “ineficiência” do seu arsenal atômico, em caso de uma “guerra santa” de extermínio final contra os persas, que não teria como ser utilizado sem atingir imediatamente seu pequeno território e sua população.

Muitos se perguntam hoje se essa derrota norte-americana representaria um freio definitivo com relação à permanente pretensão imperial dos EUA. E a resposta a esta pergunta é um

rotundo “não”. A expansão imperial americana só “estancará” quando for barrada por alguma força militar e econômica igual e contrária. Os EUA já foram derrotados muitas vezes, mas essas derrotas localizadas não alteraram sua trajetória expansiva, até porque seu território nunca foi atingido ou afetado – a não ser nos atentados de 11 de setembro de 2001. E seja lá como tenham sido montados aqueles atentados, a verdade é que eles abriram ainda mais as portas da expansão global do poder americano, encoberta pela consigna da guerra ao “terrorismo universal”, uma guerra tipicamente imperial. Agora, de novo, os EUA foram derrotados, mas isto não significa o fim do “poder americano”, nem muito menos que os EUA deixarão de ser uma grande potência no século XXI. Mesmo derrotados no Vietnã, no Afeganistão e agora no Irã, os EUA mantêm sua capacidade global de atacar, punir e destruir seus “desafetos”, e isto lhe assegura lugar central dentro da nova “ordem multipolar” que está sendo construída ao longo do século XXI.

Ninguém sabe exatamente o que virá a ser e como funcionará essa “ordem multipolar”, com tamanha quantidade de Estados nacionais e tão poucas potências continentais com capacidade de projeção global do seu poder, como é o caso de EUA, China, Rússia ou mesmo Índia. O que existe é um “sistema mundial” em avançado processo de fragmentação, sobretudo do seu “lado ocidental” – como efeito direto da desunião e enfraquecimento da União Europeia, do divórcio entre EUA e Europa, e do afastamento atual entre EUA e Israel. Nesse contexto, não há dúvida de que a impotência dos EUA frente ao fechamento iraniano do Estreito de Ormuz acelerou o processo, em curso, de deslocamento do centro do poder político e econômico mundial na direção da Ásia, em particular na direção da China. Isto não significa o fim do “poder americano”, mas seu debilitamento atual, ainda que possa ser transitório, deve contribuir para que as negociações de paz com o Irã acabem se transformando na primeira grande negociação desta nova era multipolar. Muito difícil, porque não se trata apenas de uma disputa regional pela própria hegemonia dentro do Oriente Médio; envolve uma fratura e uma guerra civilizacional e religiosa que está na origem constitutiva da chamada “civilização ocidental” e da identidade da própria Europa, que durante muitos séculos foi apenas uma periferia atrasada e subalterna com relação ao “mundo islâmico”. O que explica em parte o nível de agressividade e ressentimento, e a linguagem grosseira e desrespeitosa utilizada pelo presidente norte-americano, ao referir-se aos governantes persas que não se submetem à sua vontade e aos seus desígnios.

Por tudo isto, o mais provável é que este novo tipo de negociações multipolares se transforme num período muito

prolongado de tempo em que todos os grandes conflitos estarão sendo negociados através do uso simultâneo e instável da força militar, combinada com negociações intermitentes realizadas sem critérios nem regras, como se o mundo estivesse precisando se reconstruir em pleno voo, e no meio de uma zona de turbulência fortíssima.

ESTADOS UNIDOS E CUBA¹

Por José Luís Fiori

Foi logo depois da conquista da Flórida, em 1819. Os Estados Unidos só tinham 40 anos de idade, e seu território não ia além do Rio Mississippi. James Monroe era o presidente, mas foi seu Secretário de Estado, John Quincy Adams, quem falou, pela primeira vez, da atração norte-americana por Cuba. Em uma reunião ministerial do governo Monroe, Adams declarou que “existem leis na vida política que são iguais às da física gravitacional: e por isso, se uma maçã for cortada de sua árvore nativa - pela tempestade - não terá outra escolha senão cair no chão; da mesma forma que Cuba, quando se separar da Espanha, não terá outra alternativa senão gravitar na direção da União Norte-Americana. E por esta mesma lei da natureza, os americanos não poderão afastá-la do seu peito”². Naquele momento, o desejo de Adams ainda não era conquistar a ilha - era preservá-la, e por isso deu ordem ao seu embaixador em Madri que comunicasse ao governo espanhol a “repugnância americana a qualquer tipo de transferência de Cuba para as mãos de outra potência”.

Em 1819, a capacidade americana de projetar seu poder para fora de suas fronteiras nacionais ainda era muito pequena, mas a declaração de Quincy Adams explicitou um desejo e antecipou um projeto que se realizaria plenamente a partir de 1890. Logo no início da década, o almirante Alfred Thayer Mahan publicou um livro clássico,³ que exerceu imensa influência sobre a elite dirigente norte-americana. A obra tratava da importância do poder naval e das ilhas do Caribe e do Pacífico para o controle dos oceanos e a expansão das grandes potências. Logo em seguida, os Estados Unidos anexaram o Havaí, em 1897, e venceram a Guerra Hispano-Americana, em 1898, conquistando Cuba, Filipinas e algumas outras ilhas caribenhas,

¹ Este artigo foi publicado originalmente no jornal *Valor Econômico* em 27 de fevereiro de 2008. Reproduzimos neste boletim para que se possa avaliar a permanência do assédio imperial e da dolorosa resistência da soberania cubana

² Ford, W. C. (ed.). *The Writings of John Quincy Adams*. New York: Mac Millan, vol VII, p: 372-373.

³ Mahan, A. T. *The Influence of Sea Power upon History - 1660-1873*. New York: Dover Publication, [1890] 1987.

onde estabeleceram um sistema de “protetorados”, como forma de governo compartilhado desses territórios.

Logo depois da sua vitória contra a Espanha, o presidente William McKinley repetiu, frente ao Congresso Americano, em dezembro de 1898, a velha tese de Quincy Adams: “a nova Cuba precisa estar ligada a nós, americanos, por laços de particular intimidade e força, para assegurar de forma duradoura seu bem-estar”.¹ E foi isto que aconteceu: os cubanos aprovaram sua primeira Constituição independente em 1902, mas tiveram que anexar ao seu texto uma lei aprovada pelo Congresso Americano e imposta aos cubanos, em 1901 – The Platt Amendment – que definia os limites e condições de exercício da independência dos ilhéus. Os Estados Unidos mantinham sob seu controle a política externa e a política econômica de Cuba, e ficava assegurado o direito de intervenção dos norte-americanos na ilha, em “caso de ameaça à vida, à propriedade e à liberdade individual dos cubanos”.² Em 1934, a Emenda Platt foi abolida, sendo substituída por um novo tratado entre os dois países, que assegurou o controle americano da Base Naval de Guantánamo e garantiu a tutela dos Estados Unidos sobre o longo período de poder de Fulgêncio Batista, que assumiu o governo de Cuba em 1933, a bordo de um cruzador norte-americano, e depois governou Cuba, de forma direta ou indireta, até 1959.

Após a Revolução Cubana de 1959, entretanto, a ilha deixou de ser a “maçã” de Quincy Adams, sem deixar de ser o “objeto do desejo” dos norte-americanos. O novo governo revolucionário assumiu o comando da sua economia e de sua política externa, e provocou a reação imediata e violenta dos Estados Unidos. Primeiro foi o “embargo econômico”, imposto pela administração Eisenhower, em 1960, e logo depois, a ruptura das relações diplomáticas, em 1961. Em seguida, foi a administração Kennedy, que promoveu e apoiou a frustrada invasão da Baía dos Porcos, a expulsão cubana da Organização dos Estados Americanos e vários atentados contra dirigentes cubanos. No início, os Estados Unidos justificaram sua reação como defesa das propriedades norte-americanas expropriadas pelo governo cubano em 1960, e como contenção da ameaça comunista, situada a 145 quilômetros do seu território. Mas depois de 1991, e do fim da URSS e da Guerra Fria, os Estados Unidos mantiveram e ampliaram sua ofensiva contra Cuba, só que agora em nome da democracia, embora mantenham relações amistosas com o Vietnã e a China. No auge da crise econômica

¹ Pratt, J. A. *History of United States Foreign Policy*. The University of Buffalo, 1955, p. 414.

² Idem, p. 415

provocada pelo fim de suas relações preferenciais com a economia soviética, entre 1989 e 1993, os governos de George Bush e Bill Clinton tentaram um xeque-mate contra Cuba, proibindo as empresas transnacionais norte-americanas, instaladas no exterior, de negociarem com os cubanos, e depois, impondo penalidades às empresas estrangeiras que tivessem negócios com a ilha, através da Lei Helms-Burton, de 1996.

Essa atração precoce e obsessão permanente dos Estados Unidos não autorizam grandes ilusões neste momento de mudanças nos dois países. Do ponto de vista americano, Cuba lhes pertence e está incluída na sua “zona de segurança”. Além disso, aos seus olhos, a posição soberana dos cubanos transforma a ilha num aliado potencial dos países que se propõem a exercer influência no continente americano de forma competitiva com os Estados Unidos. Por fim, Cuba já se transformou num símbolo e numa resistência que é intolerável por si mesma, para seus vizinhos norte-americanos. Por isso, o objetivo principal dos Estados Unidos, em qualquer negociação futura, será sempre fragilizar e destruir o núcleo duro do poder cubano. Por sua vez, Cuba não tem como abrir mão do poder que acumulou a partir de sua posição defensiva e de sua resistência vitoriosa.

A hipótese de uma “saída chinesa” para Cuba é improvável, porque se trata de um país pequeno, com baixa densidade demográfica e uma economia que não dispõe da massa crítica indispensável para uma relação complementar e competitiva com os norte-americanos. Por isso, apesar da mobilização internacional a favor de mudanças nas relações entre os dois países, o mais provável é que os Estados Unidos mantenham sua obsessão de punir e enquadrar Cuba; e que Cuba se mantenha na defensiva e lutando contra a lei da “gravidade caribenha” formulada por John Quincy Adams em 1819.



**OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL
DO SÉCULO XXI**

Nº18 - Julho/2026